



Assembleia de Freguesia de Barcarena

Ata Extraordinária Nº 5 /2018

- Aos vinte e cinco dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Progresso Barcarenense, pelas vinte horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Barcarena, sob a presidência de Aida Maria Teixeira Amado, que deu início à sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- **Ponto Um:** Apreciação do relatório da auditoria das contas referentes ao mandato 2013/2017;

- **Ponto Dois:** Apreciação e votação do envio do relatório da auditoria de contas referente ao mandato 2013/2017 às entidades competentes.

Presidente da Mesa da Assembleia: “Muito boa noite. Declaro aberta esta Assembleia às vinte horas e sete minutos, pelo que vai aqui a Sra. Secretária proceder à chamada.”

Sra. Secretária: “Boa noite a todos. Vou dar início então à chamada. INOV, Sra. Ágata Teixeira; INOV, Bárbara Silva, não se encontra presente e apresentou a respectiva justificação; e por ordem de lista, chamo o Sr. Ricardo Rodrigues. Vou continuar: INOV, Sr. Nuno Campina, também não pode estar presente, apresentou a respectiva justificação; passo a chamar por ordem de lista Helena Bento, que também não pode estar presente, apresentou também a respectiva justificação; por ordem de lista, o Sr. Marco Pereira, também não pode estar presente; será substituído, por ordem de lista, pelo senhor João Borges. INOV, Susana Pombo, não se encontra presente, apresentou também a respectiva justificação; e por ordem de lista chamo o Sr. Hugo Mestre. IOMAF, Sr. Fernando Afonso; IOMAF, Nuno Alves; IOMAF, Sra. Helena Santos, não se encontra presente; e, por ordem de lista, chamo o Sr. Guerreiro Soares. Portanto PS, Sr. Tiago Gonçalves; PS, Sra. Cidália Jorge; PS, Sra. Ana Luz; Coligação Oeiras Feliz, Sr. Francisco Fernandes; e CDU, Sra. Rita Medinas.”

A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à leitura do edital:

“Aida Maria Teixeira Amado, Presidente da Assembleia de Freguesia de Barcarena Concelho de Oeiras. Em cumprimento do disposto no artigo 14, nº 1, alínea b, da lei 75/13, de 12 de Setembro, convoco a Assembleia de Freguesia para uma sessão extraordinária, a realizar no dia 25 de Outubro, pelas 20h, no Salão Nobre da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Progresso Barcarenense, situado na Travessa Maestro Alípio Seco, em Barcarena.
Ordem de Trabalhos:

- Ponto Um: Apreciação do relatório da Auditoria das contas referentes ao mandato 2013/2017;

- Ponto Dois: Apreciação e votação do envio do relatório da Auditoria de contas referente ao mandato 2013/2017 às entidades competentes.

Para constar, se publica este e idênticos, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.



Assembleia de Freguesia de Barcarena

Barcarena e Assembleia de Freguesia aos 12 de Outubro de 2018.

A presidente da Assembleia de Freguesia de Barcarena,

Aida Amado.”

A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia continua: “Ora, posto isto, vamos então dar início às Ordens de Trabalho, e o costume é que se identifiquem os deputados que pretendam intervir. No entanto, tendo em conta que é uma Assembleia Extraordinária, para apresentação de um relatório de Auditoria, mais lógico me parece que, antes de colocarem qualquer questão, se oiça efectivamente quem fez auditoria, para que melhor se perceba o que é que aqui se vai passar.” Passa a palavra aos Senhores Auditores.

Rui Montes Pinto (Sr. Auditor): “Muito obrigado. Em primeiro lugar, boa noite a todos os presentes, Exma. Sra. presidente da Junta de Freguesia de Barcarena, Sra. Secretária Isabel, minhas senhoras e meus senhores. Em primeiro lugar, fazer uma pequena apresentação, o meu nome é Rui Montes Pinto, sou revisor oficial de contas. À minha direita, o responsável por este relatório; à minha direita, a Dra. Isabel Pudente, igualmente revisora oficial de contas. Ambos sócios da Sociedade Alberto Soares e Associados. Fomos, portanto, e realizámos um trabalho de auditoria e, como o próprio relatório indica, de revisão limitada, no qual não é apresentada uma opinião sobre as contas da gerência, mas sim as conclusões a que fomos chegando no processo de auditoria e de verificação dos elementos que dispusemos no processo que estava adjudicado. Para clarificar os presentes, não se trata de uma auditoria às contas, a qual exige uma profundidade e um grau de segurança que permita depois os utilizadores das demonstrações financeiras terem a sua confiança, mas sim um conjunto de procedimentos, quer de controlo interno, quer de procedimentos substantivos e de revisão analítica, no qual nos baseamos e recolhemos as evidências e a prova com base nessas evidências, dos factos que são descritos depois no relatório. O relatório, como o próprio índice apresenta, está repartido ao corpo deste relatório tem três componentes e uma parte constituída por anexos. A primeira parte, na qual se especifica o conteúdo do relatório, as responsabilidades de cada um e uma breve síntese sobre as conclusões recolhidas e chegadas que estarão depois no capítulo de desenvolvimento de auditoria mais especificamente detalhadas. Posto isto, passaria somente, se tiver oportunidade, pelo ponto das conclusões e depois deixaria, penso que não vou fazer a exploração integral do relatório, na sequência da minha intervenção, e creio que faz, mas faz sentido passarmos de uma forma genérica nas conclusões do relatório que acaba por ser o *output* deste trabalho, do trabalho que foi realizado. O primeiro ponto da conclusão centra-se num aspecto específico que é o Sistema de Controlo Interno. Consideramos este ponto como um dos pontos relevantíssimos ao nível das, de um modo geral, das organizações públicas, porque são eles que depois são a salvaguarda da aplicação, da correta aplicação dos procedimentos que vem invertido nos normativos diplomas legais que regem toda a actividade e que, em muitos casos, é bastante mais detalhada e exigente que nas organizações comuns. Ora, o Sistema de Controlo Interno contém componentes, e que se encontra depois mais detalho no anexo 1, contém componentes



Assembleia de Freguesia de Barcarena

positivas, contém também algumas fragilidades, e para essas fragilidades, são propostas algumas recomendações que sejam adoptadas, de uma forma geral, como princípio do âmbito das actividades da junta. Consideramos, essencialmente, que existe necessidade de detalhar alguns dos procedimentos e, portanto, torna-los formal dentro da própria organização. Existe também necessidade clara e inequívoca de instituir mecanismos de reconhecimento, procedimentos de reconhecimento e de inventariação de uma forma transversal aos vários elementos que compõem depois as contas da gerência. E, do ponto, da alínea b, do primeiro ponto, ambos destacamos, naturalmente, o carácter líquido da própria natureza destas contas, o fundo de caixa ou a caixa que existe, bem como as contas bancárias, mas esses procedimentos não devem ficar por aqui, consideramos também que é essencial na componente de salvaguarda dos activos. E a componente de salvaguarda dos activos é, na prática, é de facto tudo aquilo que é património da própria Junta e património das pessoas que compõem a freguesia. Portanto são procedimentos fundamentais para que salvaguardem esses activos que permitem fazer o exercício e manter o exercício corrente da junta. O terceiro ponto relacionado com o sistema informático, este ponto em particular dados os dias que correm e das exigências também que existem cada vez mais ao nível dos meios, e da salvaguarda e da protecção dos dados, da salvaguarda dos meios informáticos e do acesso à informação que existe residente nos sistemas informáticos, pensamos que e recomendamos que algumas acções sejam tomadas para que esses meios, essas condições sejam criadas na própria Junta. Por fim, o último ponto de destaque, a delegação de competências e, portanto que, não tendo sido realizada no período de análise do relatório, que recorde, estamos a falar de Outubro de 2013 a Outubro de 2017, não chegaram ao nosso conhecimento que tenham tido essa aprovação. O ponto 2 relacionado, de uma forma geral, com a cabimentação das despesas, o ponto 3, portanto, a partir de agora, entramos mais em detalhe na actividade operacional, deixamos o controlo interno, passamos um pouco mais à actividade operacional do dia-a-dia dos procedimentos de actuação no âmbito das funções da Junta. O ponto 3 relacionado com despesas realizadas que não são integralmente comprovadas e que nos levantam também aqui alguns aspectos que depois detalhamos mais à frente. Despesas e receitas que podem não estar equilibradas, relacionadas com eventos; o regulamento de apoio ao associativismo aprovado pela junta, contudo alguns apoios financeiros não foram formalmente autorizados; e, de um modo geral, a celebração dos pontos 9, 10 e 11, e este ponto com alguma relevância, a celebração de alguns contractos de créditos e assunção de responsabilidades através de livranças e outros meios que levaram, nalguns casos, a ir contra alguns artigos de lei e, por outro lado, a exceder, momentaneamente e em momentos temporais, os limites de endividamento. Ora penso que estes são os pontos, não passados os 11 pontos de forma detalhada, mas são estes os grandes *bullet points* do relatório das conclusões e que virão no capítulo 3 mais detalhadamente explicados. Posto isto, Sra. Presidente, podemos desenvolver mais um bocadinho ou passaremos como a Assembleia entender que prefere dar continuidade?”

A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia procede à permissão da intervenção dos deputados.



Assembleia de Freguesia de Barcarena

Tiago Gonçalves (PS): “Cumprimentar todos os presentes, agradecer a presença nesta Assembleia, que é bastante importante e talvez única na história desta freguesia. Queria pedir à Sra. Presidente da Mesa se hoje podia ser um pouco mais condescendente com o tempo porque posso-me alongar um pouco mais. Antes de começar com a análise do documento, queria só lembrar como é que chegámos a este ponto, a esta Assembleia, a esta Auditoria. Portanto, no mandato anterior, o partido Socialista, antes de uma Assembleia para aprovação de relatório e contas, solicitou que fossem entregues as contas relativas às festas de 2016 e também relativamente às obras que estavam a ser na altura feitas no café da Junta de Freguesia. Portanto recebemos essa documentação e constatámos que os valores das contas das festas estavam bastante mal contados e que não existiam facturas para alguns pagamentos. Em relação às obras no café, percebemos que não havia orçamento. Na altura, até o Sr. Presidente ficou um pouco irritado por eu ter dito que as contas se faziam em papel de guardanapo e a verdade é que realmente parece que sim, que foram feitas num guardanapo que já não existe. Apresentámos a proposta na Assembleia de Junho de 2017, proposta para a realização de uma Auditoria e essa proposta foi aprovada com os votos do PS, do PSD, da CDU. O IOMAF, na altura, movimento que apoiava o presidente, votou contra. Devo dizer também que essa proposta não foi a proposta inicial. A primeira proposta apresentada durante a Assembleia de Freguesia contemplava o mandato também de 2009 – 2013, uma vez que grande parte do executivo tinha transitado e tínhamos sérias desconfianças que as práticas que decorriam no mandato de 2013 – 2017 também tinham sido praticadas em 2009 – 2013. Essa proposta não foi apresentada. Antes de apresentar, o PSD condicionou essa proposta, disse que não votaria favoravelmente se abrangesse os dois mandatos, apenas se abrangesse o mandato 2013 - 2017. Bom, antes ter uma auditoria a 2013 – 2017 do que não ter, portanto a proposta foi assim apresentada e aprovada. Durante os 3 meses, portanto, foi apresentada em Junho, e durante os 3 meses que separaram a aprovação dessa proposta e as eleições autárquicas 2017, nada foi feito. E o próprio Presidente da Câmara da altura, o Dr. Paulo Vistas, referiu, em Assembleia Municipal e em algumas festividades, que as contas da Junta de Barcarena estavam a ser regularizadas, que a Câmara estava a apoiar a Junta na tentativa de regularizar essas contas. Pronto, este é o histórico de como chegámos até este momento. Como entretanto já foram abordadas as conclusões, agora vou passar um pouco ao desenvolvimento do documento que nos chegou. E, analisando esse documento, reforçando portanto as fragilidades das normas de controlo interno existentes na Junta de Freguesia, começamos com um ponto que é grave, é muito grave, que é o de delegação de competências. O Presidente da Junta, para poder exercer o seu poder como presidente, para poder autorizar pagamentos, necessita que as competências lhe sejam delegadas. O Presidente da Junta, durante quatro anos, não teve delegação de competências. Portanto, segundo o relatório, os actos praticados pelo Presidente sem competências delegadas violam o disposto nas alíneas h i do nº 1 do artigo 18 da lei nº 65 de 2013, nº 1 do artigo 36 do decreto-lei 4 de 2015 e alínea d do ponto 2, ponto 3, ponto 4.2, para o qual advém que a prática, e vou sublinhar esta frase, advém que a prática de actos, sem as devidas competências, possa ser passível de eventual responsabilidade financeira sancionatória, nos termos do disposto da alínea b, do nº1 do



Assembleia de Freguesia de Barcarena

artigo 65 da lei 98/97. Continuando, este é um documento extenso, não vale a pena vir a todos os pontos, espero que a Junta de Freguesia também disponibilize o relatório para quem quiser consultar. Nos aspectos gerais, ponto 3, portanto, procedimentos, natureza, legalidade das despesas consideradas nas contas de gerência, diz que os titulares dos cargos políticos, dirigentes, gestores ou responsáveis pela contabilidade, que assumam compromissos em violação do previsto na lei, poderão incorrer em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória ou reintegratória. Portanto, estamos a falar é realmente de ilegalidades praticadas pelo executivo anterior. Em relação à despesa, a Junta dispõe de registos contabilísticos que evidenciam a numeração de cabimentos e de compromissos, não sendo evidente que tal procedimento seja realizado tempestivamente, na medida em que o cabimento e o compromisso são gerados na mesma data e pelo mesmo valor, não existem requisições internas para a generalidade das despesas, não há evidência da autorização da despesa antes da mesma ser realizada, os fornecedores não indicam o número de compromisso na factura. Portanto, como se diz na gíria, isto era tudo à grande, portanto, decidia-se, disponibilizava-se e siga, não se fazia rigorosamente nada, não se dava conhecimento, nada; nem os próprios fornecedores indicavam o número de compromisso na factura, portanto, era fantástico. Portanto, conseqüentemente, as ordens de pagamento não se encontram instruídas. Depois tem aqui um ponto, este é mais para as pessoas perceberem a gravidade do que se passou durante estes últimos 4 anos. No ponto de aquisição de bens alimentares não-confeccionados, basicamente estamos a falar de compras de supermercado, houve um gasto de trinta mil, trinta mil e quinhentos euros, sendo que grande parte deste valor foi na aquisição de produtos e que foram classificados na despesa da Acção Social. Como sabe, as despesas na acção social são aquelas que servem para ajudar as famílias carenciadas, para os cabazes de Natal, etc. Este executivo foi inovador, foi muito inovador, foi criativo e aparentemente, muito à frente do seu tempo, porque encontramos nessas despesas, por exemplo, portanto até podemos dar o exemplo de um cabaz de Natal, normalmente os cabazes de Natal têm bacalhau e confere bacalhau; tamboril, robalo, camarão, mexilhão, ameijoas. Temos vinho, Favaítos, vinhos diversificados, cheesecake, tarte de cereja, profiteroles, gelatina. Bom, podemos dizer que os cabazes de Natal na Freguesia de Barcarena eram cabazes gourmet. Realmente sente-se vergonha alheia nestes momentos. Portanto, e diz o relatório, não existe igualmente qualquer evidência que os mesmos, os bens, tenham sido efectivamente atribuídos como bens indicados. Comunicações. Portanto, estamos a falar dos acordos com as operadoras de telemóvel, televisão, internet; foram gastos trinta e sete mil setecentos e quatro euros. Como vêem, o executivo e é igual, é composto por cinco pessoas; tem mais, salvo erro, três funcionários na Junta de Freguesia, quatro, portanto nove; eventualmente, mais os funcionários que andam na rua. Não sei, sinceramente, nós pedimos, na altura, as contas de telemóvel; foram-nos fornecidas contas de quatro números. Foram identificados, pela Junta de Freguesia, que a Junta de Freguesia, nesse período, usou um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze números de telemóvel. Não existe nenhuma deliberação do executivo para atribuição e uso dos números de telemóvel incluídos nos pacotes de comunicações. Isto não vale a pena dizer mais nada sobre este



Assembleia de Freguesia de Barcarena

assunto. Despesas com eventos comemorativos. Isto foi uma luta muito grande, nós sempre achámos que estava a ser gasto bastante dinheiro, dinheiro excessivo na organização das festas da freguesia. O ataque depois ou a defesa era sempre a mesma: vocês não querem as festas porque as festas realmente são a alegria da população. De facto são, mas não justifica é que seja gasto noventa e seis mil e quinhentos euros durante quatro anos em festas. Estamos a falar de um oitavo do orçamento dos quatro anos, tendo em conta que o orçamento da Junta é de quatrocentos mil euros por ano, que mais de metade desse orçamento é para pagamento ao pessoal, portanto sobra à volta de duzentos mil; por ano, estamos a falar de noventa e seis quase cem mil gastos em festas. Despesas sem cumprimento das disposições legais.

Confirmou-se por consulta do Portal da Autoridade Tributária, o *site* E-factura, todos nós utilizamos para registar as nossas facturas, que as facturas de fornecedores da Junta, emitidas e registadas em despesas, e que não estão comunicadas à Autoridade Tributária, pelos iminentes com número de fiscal, de identificação fiscal da Junta. Confirmou-se, de igual modo, a situação societária e cadastral dos fornecedores no *site* de Publicações MG e no Portal de Autoridade Tributária. As conclusões às consultas realizadas são as que constam no quadro das páginas seguintes, nomeadamente, o pagamento de despesas a fornecedores em situação de liquidação societária, com actividade cessada, para efeitos de IVA e IR e impedimento dos circulares de órgãos da administração pública, que tenham interesse no ato ou contrato. Eu já vou dar alguns exemplos do que está aqui escrito. Portanto, verifica-se assim, que a junta operou com diversas entidades que se encontram em situação de irregularidade, não tendo instituído qualquer procedimento de controlo que lhe permitisse, atempadamente, não colaborar com entidades em situação de irregularidade legal, nomeadamente quanto às situações referidas no parágrafo anterior, indicadas a seguir. Vou dar alguns exemplos: este é de fácil compreensão, portanto isto são contratações que a Junta de Freguesia fez: Casa Pompeia, organização de eventos Lda. O valor é de novecentos e oitenta e quatro euros. Para quem não sabe, Casa Pompeia é a empresa gerida pelo tesoureiro da Junta, portanto o tesoureiro da Junta assinou o cheque para se pagar a si próprio, basicamente é isso. Custom Circus Associação Cultural, portanto isto é o Nirvana Studios, ali em cima, na Estrada Militar, oito mil e setecentos euros, o fornecedor emitiu factura no montante de cinco mil novecentos e cinquenta euros, com data de Maio de 2017, com indicação descritivo do documento que respeita a serviços prestados em 2016, portanto passaram a factura no ano seguinte. Porquê? Esta tem uma explicação: é que na altura em que pedimos as contas, realmente o valor que foi identificado dos Nirvana, não estava, portanto não tinham passado factura, tinham um papel a dizer 'Recebemos', um papel em branco que dizia 'Recebemos'; depois de levantada a questão, não sei quem foi o iluminado que decidiu que poderiam passar a factura com data do ano seguinte. Luís Alberto Simões, portanto estamos a falar de um valor de dez mil setecentos e vinte e cinco vírgula onze euros, perto de dez mil e oitocentos euros. E que diz que os documentos emitidos no período referido não foram comunicados à Autoridade Tributária. Os valores foram pagos por cheque, um de dois mil cento e cinquenta euros e em numerário oito mil quinhentos e setenta e quatro euros. Analisado os documentos de quitação, sobretudo pagos em numerário, verifica-se serem assinados de forma notoriamente diferentes de outros



Assembleia de Freguesia de Barcarena

ou sem assinatura, nomeadamente os recibos de noventa e dois, noventa e três, noventa e cinco, noventa e sete e noventa e nove e as facturas de recibo cento e um, cento e dois. Percebe-se que claramente estamos a falar de eventual falsificação de assinatura. Depois temos Projecto Bug mil euros e Ricardo Pastor mil e duzentos euros. Despesa paga em Julho de 2015, sem factura ou documento válido que a justifique, os dois. Estes são alguns exemplos, existem mais, por curiosidade, se quiserem consultem, vale a pena consultar, acho que é fundamental que, quem estiver interessado, que consulte este documento. Empreitadas e obras públicas. E agora vamos entrar na esfera do café e, com também assim, um ligeiro *live* pelo cemitério, pelos gavetões. Em relação aos gavetões, foi efectuado um contrato com uma empresa, a firma Beira Cruz, que não foi publicitado na plataforma-base. Toda a gente sabe que é obrigatório que estes contractos sejam publicitados na Plataforma de Contratação Pública. Em relação à obra de remodelação do café, devo dizer que antes de começar a fazer a análise, dizer que na altura em que foi questionado sobre as obras no café, o Sr. Presidente disse que ainda não sabia bem qual era o valor, mas que o valor iria ser dividido entre a Junta de Freguesia e a APAPOL, que na altura, e ainda está, a explorar o café. Perguntámos pelo orçamento, e o Sr. Presidente, na altura disse que não havia orçamento, havia uma ideia de estimativa. Foi perguntado ao Sr. Presidente se era assim que fazia obras em casa, portanto, chamava a empresa, 'Comecem a fazer as remodelações; quando acabarem diga quanto é que foi, que eu pago'. É assim, cada um gere o dinheiro como entende; o dinheiro público, ou seja, o nosso dinheiro, não é gerido assim de certeza. Portanto, não houve orçamento e, como diz no relatório, quanto à obra de remodelação no café da Junta, não houve procedimento de contratação. Na Ata nº 1 de 2017, na Assembleia de Freguesia, ficou esclarecido pelo Sr. Presidente, que não foi realizado concurso para as obras do café e apresentados os motivos que transcrevemos: 'Não efectuámos nenhum concurso porque não tínhamos outra forma de libertar o espaço da padaria para o fim que pretendíamos, a não ser fazer a permuta'.

Relatório: o motivo citado não se enquadra em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 24 e 27 do código de Contratação Pública; por conseguinte, não poderiam ter sido aplicados, os procedimentos aplicáveis em funções de critério material. Também não foi respeitado os princípios de igualdade, da concorrência e da proporcionalidade. Concluimos da apreciação realizada: e esta, isto é uma pergunta que todos tenham curiosidade em fazer, que é quem é que anda a tomar banho no poliban? Porque foi adquirida uma base de duche e material para aplicação que não existe na obra depois de concluída. Quem é que ficou com ela? Foi o pagamento do valor da factura do fornecedor Radical Volume, Material de Construção Lda., foi transferida para o NIB do fornecedor Laurinda Ramos Oliveira de Cândido. Laurinda Ramos Oliveira Cândido, bom, já vou voltar a este nome. O fornecedor Laurinda Ramos Oliveira debitou vários serviços, nomeadamente deslocações, reuniões, aluguer de ferramentas, mão-de-obra de várias áreas, electricista, servente, ajudante, sem especificar a natureza, fundamento, o âmbito ou a quantidade dos mesmos. As despesas a que respeitam os detalhes referidos cifram-se em cerca de catorze mil euros. Poderia aconselhar esta empresa ou esta senhora para este tipo de trabalho, porque realmente é muito polivalente, faz muita coisa. É um bocado cara, não aconselho. Principalmente, está aqui a descrição de todas as facturas que



Assembleia de Freguesia de Barcarena

foram emitidas, com o detalhe, e temos aqui, por exemplo, que a reunião com o engenheiro responsável pela falha de energia custou à Junta de Freguesia quatrocentos e cinquenta e dois euros. E que uma deslocação à EDP e ao SMAS custou, esta sim, custou quatrocentos e cinquenta e dois euros, a reunião não foi tão cara quanto isso, custou trezentos e sete euros. E série de detalhes de facturas, os detalhes são em termos de material diverso e de mão-de-obra diversa, é inacreditável. Isto é uma pergunta que eu preciso de fazer que acresce ao que diz no relatório, acresce ao que atrás foi dito que a Junta devia guardar pelo prazo de quatro anos, a contar da celebração do contrato, portanto todos os contractos que façam, todos os documentos relativos aos procedimentos de formação, incluindo as notificações e comunicações que suportam as decisões tomadas. A minha pergunta é se estes documentos foram guardados. Aquisição de bens móveis. Bom, foi adquirida também uma máquina de pintura de passadeiras pelo montante de sete mil trezentos e sete vírgula sessenta e oito euros, superior ao limite previsto, que é de cinco mil, portanto foi feita por ajuste directo simplificado, portanto não podiam, só têm um limite de cinco mil euros e compraram por sete mil e trezentos euros. Agora, dois pontos que já foram indicados também no início quando se falou das conclusões, portanto, tem a ver com os limites de endividamento, que foi gerado por descobertos bancários e pela celebração de contractos de crédito automóvel. E que essas práticas geraram um montante de dois mil oitocentos e trinta e um montante de mil quinhentos e cinquenta e quatro de descoberto durante, aliás, sim, certo. Livranças. Também já foi falado, é verdade, às freguesias a subscrição de livranças. Foram subscritas duas livranças. Bom, enfim. Por fim, e em relação à aquisição de uma viatura. A Câmara Municipal, durante o mandato anterior, cedeu um montante de trinta mil euros a todas as freguesias para aquisição de uma viatura. A Junta de Freguesia... Eu nem sei como hei-de pôr isto... vou ler o que está no relatório, que está mais claro: 'A Câmara Municipal de Oeiras, no âmbito da delegação de competências, transferiu para a Junta, em Fevereiro de 2015, o montante de trinta mil euros, para aquisição de viatura ligeira de caixa aberta. E, em Julho de 2016, transferiu igual montante para aquisição de uma viatura comercial de mercadorias. Conclui-se assim, que a Junta obteve duplo financiamento para a aquisição de viaturas identificadas. Portanto, a Junta recebeu trinta mil euros e esses trinta mil euros não usou para comprar a viatura; usou para pagar dívidas, certo? Sim, certo, certo, está tudo certo. Portanto, ainda recebeu mais trinta mil, portanto houve um duplo financiamento para aquisição de uma, de duas, e para o pagamento de dívidas. Bom, com certeza que as outras forças políticas irão pagar talvez em mais pontos, queria só terminar com a *statement*, e dizer que realmente este momento envergonha-me. Mais do que assumir o Movimento não votou favoravelmente a realização desta auditoria, que não conseguimos fazer auditoria a 2009-2013, os últimos quatro anos são resultado de uma falta de humildade do anterior executivo, que demonstrou durante todo o mandato. Sempre que era confrontado, não houve um assumir de nenhum erro, 'estamos sempre bem'. Com todos os documentos que foram apresentados, aliás, quando apresentámos as contas, quando demonstrámos as facturas que apresentámos, e votámos contra esse relatório de contas, o próprio Movimento absteve-se, tal não era a confiança que tinha no seu executivo. E, esta é uma parte mais política, mas tenho que o dizer,



Assembleia de Freguesia de Barcarena

tenho que o dizer, porque nós ouvimos isso durante anos e anos e anos, no Conselho de Oeiras; que é tão simples quanto isto, que é: 'os Movimentos Independentes estão acima dos partidos políticos; os partidos políticos são o mal da democracia. Nós, movimentos Independentes estamos acima de tudo.' Mas esquecem-se, que os Movimentos Independentes, assim como os partidos, são feitos por pessoas; e há pessoas boas, e há pessoas más; há pessoas competentes e há pessoas incompetentes. Em Barcarena tivemos azar, mas não é só à Junta de Freguesia que apontamos o dedo, apontamos o dedo também à Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem obrigação de fiscalizar o que se passa nas Juntas de Freguesia, e isso não foi feito, mesmo sabendo o que se estava a passar; e o Presidente da Câmara nada fez, não fez rigorosamente nada, portanto foi negligente. E por isso, também ele é responsável pelo que se passou nesta Freguesia. Para terminar, e peço desculpa por me ter alongado tanto, dar a nota ao actual executivo, que este documento fornece todas as indicações para que a Junta funcione na total legalidade. Acreditamos que isso irá acontecer, estaremos atento e não vamos permitir que volte a acontecer o que aconteceu durante estes últimos quatro anos. Obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia passa a palavra à Sra. Deputada Rita Medinas (CDU):
" Boa noite. Rita Medinas. CDU. Boa noite. O meu colega de, o meu camarada do Partido Socialista fez o meu trabalho todo. É porque, por estranho que pareça, ou não, eu tinha para dizer exactamente as mesmas coisas que ele disse, tinha marcado exactamente os mesmos pontos. Portanto, visto que o Tiago Gonçalves, e já estava cá no mandato anterior, e fez muito bem o trabalho dele, e o meu; eu tenho, então, a dizer: a CDU considera que as não-conformidades referidas na Auditoria realizada às contas de gerência da Junta de Freguesia de Barcarena, nos anos 2013 – 2017, vêm ao encontro das provas das nossas preocupações sistematicamente manifestadas no decorrer das Assembleias de Freguesia durante todo o mandato a que a Auditoria se refere. Posto isto, a proposta CDU, é que a referida Auditoria seja enviada para o Ministério Público ou para as entidades competentes. Disse."

A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia passa a palavra ao Sr. Deputado João Borges (INOV):
" Bem, boa noite a todos os presentes. Eu, antes de mais, gostaria só de fazer aqui uma breve introdução: a mim apanharam-me um bocadinho na curva. Bem eu sou o número não sei quanto da lista, entretanto é a primeira vez que me vejo envolvido aqui numa parte política. À parte disso, eu posso dizer que a minha profissão nada tem a ver com isto, e que li isto de forma totalmente isenta, totalmente. Bom, eu depois de ler isto, passo uma hora, duas horas, três horas, fiquei um bocado escandalizado, devo confessar. Há aqui o Tiago, epá, como disse aqui a nossa colega, fez um bocadinho o papel de toda a gente, mas, à parte disso, há aqui três pontos, eu, no meio destes vários pontos, gostaria de referir. Há aqui uma quantidade de pontos que, enfim, que ficaram por esclarecer e, enfim, questionar, e tenho só aqui três pontos, não vou, entre aspas, bater mais no ceguinho, como se costuma dizer. Que é uma questão aqui relativamente, aqui na página vinte e sete, só para ver se me recordo, que era relativamente às despesas não-documentadas. Eu, pessoalmente, tenho uma empresa e que tanto me custa pagar impostos; sou profissional, tal como tantos outros e, cada vez que, por



Assembleia de Freguesia de Barcarena

qualquer motivo, há um cêntimo que sai da minha empresa não-documentado, eu tenho de pagar tributações autónomas gigantes. Estamos a falar de um valor de quase cinquenta mil euros não justificado ou, aparentemente, não justificado e isto não vem referenciado no documento. Eu dei-me ao trabalho de fazer aqui umas certas contas e isto quer dizer que a Junta terá de pagar trinta e quatro mil euros por cinquenta não justificados, é isso? Pronto, isto é um ponto que acho que é importante. Depois, aqui ainda na página vinte e sete, gostava só de referenciar também um parágrafo, porque, enfim, eu como tendo uma empresa privada e que também presto serviços a órgãos públicos na área que eu trabalho, e vou só citar aqui este parágrafo 'Sobre a obra de construção gavetões do cemitério, o órgão executivo deliberou ainda, 21 do 1 2015, conforme a Ata nº 2/2015, que foram convidados a apresentar propostas a empresas Beira Cruz Lda., Construções Beira Corvo Lda. e Prédio Lopes, empresa de construção Lda.; todas localizadas em Miranda do Corvo, distrito de Coimbra, não tendo sido convidada nenhuma empresa com sede geograficamente mais próxima da Freguesia que, pela proximidade, pudesse praticar preços mais baixos. A minha pergunta é: não há ninguém que faça este tipo de serviço aqui perto? E, para terminar, relativamente a outra questão que eu julgo que o Tiago falou, mas ou está um bocado ainda confuso na minha cabeça referente à aquisição de viaturas; eu fiquei claramente convencido que a Junta comprou duas viaturas; a Câmara pagou, na realidade, duas tranches, trinta mais trinta, que foram sessenta mil euros, e a Junta foi-se financiar, entre aspas, ou fazer leasings ou créditos automóveis, eu não percebi, portanto, na prática, quer dizer, na aquisição de duas viaturas há um duplo financiamento, não por trinta, mas porque há duas entidades, no fundo, que é a Câmara que acaba por transferir sessenta mil euros em duas tranches e, enfim, depois acaba por se haver um financiamento paralelo e todos nós temos que pagar isso. Pronto. Tenho dito."

A Sra. Presidente da Assembleia de Mesa questiona se mais alguém quer usar da palavra ou não.

A Sra. Presidente da Assembleia passa a palavra ao Sr. Deputado Fernando Afonso (IOMAF):
"Sra. Presidente da Mesa da Assembleia e respectiva Mesa, boa noite. Sra. Presidente da Junta e restante executivo, muito boa noite, Srs. Auditores, companheiros da Assembleia, estimado público. Como todos sabemos, e já até aqui foi referido, as Auditorias destinam-se a averiguar se as actividades desenvolvidas em determinada entidade ou serviço estão de acordo com o planeamento e se foram implementadas com eficácia adequada a consecução dos objectivos que essa entidade se propõe atingir. Como vantagem fundamental que encontramos das mesmas ou desta mesma, aponta-se os ensinamentos a retirar dos eventuais incumprimentos no tocante a procedimentos, contribuindo para uma melhor informação sobre a situação económica, patrimonial, financeira da entidade auditada, permitindo corrigir procedimentos no integral cumprimento das disposições legais. Cumpre-me lamentar que no início do nosso mandato não tivéssemos contado com este precioso auxiliar, como este, e que, o que evitaria certamente a prática das inconformidades apontadas neste relatório. Reconhecemos que poderíamos ter feito mais e melhor, se para tal estivéssemos preparados. Mas uma coisa é certa: nenhum de nós retirou vantagem económica ou outra do cargo, nem dolosamente



Assembleia de Freguesia de Barcarena

procurou fugir ao cumprimento das funções para que foi investido. Alguém tem dúvida que todas as despesas efectuadas o foram em prol dos objectivos propostos, nomeadamente nas grandes opções do plano, e que se destinaram a melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos? Se não, vejamos, vejam o Espaço do Cidadão; vejam a melhoria no Atendimento ao Público, que ficou facilitado também por esse facto; vejam o novo café, cujo património da Junta ficou grandemente valorizado; vejam o Largo 5 de Outubro, todo o edifício da Junta; e, enfim, todos os eventos que nos propusemos fazer, se tiveram ou não impacto na imagem da Freguesia. E se, por si só, não digo esse facto, mas até pelo facto de terem contribuído para o desenvolvimento do comércio local e se, todo o apoio que foi prestado a todas as instituições, colectividades, Associação Humanitária dos Bombeiros de Barcarena; se esse apoio também não justifica os gastos que foram mencionados. Eu continuaria, por exemplo, aqui em relação às conclusões, dizer que o controlo interno efectivamente não existia até nós entrarmos e funções, nenhuma norma de controlo interno na Junta. Ao longo do tempo, fomos nos apercebendo e, eu próprio submeti à apreciação e à aprovação do executivo da Junta, as normas internas, que foram aprovadas e que estariam em funções. Não tenho a data, não sei a data em que foram, que cada funcionário, inclusivamente, assinou, que tomou conhecimento, que as delegações, a delegação de competências do Presidente da Junta. Eu perguntava ou pedia à Sra. Presidente da Assembleia que perguntasse, se não se importa, a dois ex-presidentes da Junta de Freguesia, que estão aqui dois, pelo menos, presentes, se alguma vez se fez essa delegação de competências, nomeadamente aqui ao Sr. Guerreiro Soares e ao Sr. Custódio Paiva. Eu pedia, se não se importava..." A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia responde "Importo, não vou fazer esse tipo de interpelação, não está na Ordem de Trabalhos. De qualquer forma, o Sr. Deputado Guerreiro Soares hoje está aqui, se ele quiser intervir, está a todo o tempo." O Sr. Deputado Fernando Afonso (IOMAF): "Se ele quiser confirmar, e como fez parte também"

Sr. Deputado Fernando Afonso (IOMAF): "Ok, em relação às despesas que aqui são referidas, despesas em restaurantes, despesas com o executivo; todas estas despesas, é preciso não esquecer que foram efectuadas durante quatro anos e não durante um mês, um ano, durante quatro anos. E estas despesas com o executivo, por exemplo, normalmente, eram feitas quando? Em dia de eleições, em que o nosso dia começava por volta das seis da manhã, seis e meia, e terminava à meia-noite, uma hora, e às vezes mais, com a entrega dos votos, isto durante quatro anos. Nalgumas prospecções de mercado, nomeadamente, já que falaram nos gavetões, tivemos de ir verificar se a qualidade dos gavetões da empresa que nos foi, que nos pareceu a mais adequada para o fornecimento dos mesmos, se os gavetões seriam da qualidade pretendida e, já agora, a propósito de gavetões, quero dizer que foram consultadas efectivamente três empresas na região de Miranda do Corvo porque são as empresas que mais trabalham nessa área e que fornecem para todo o país e foram aquelas que nós encontramos mais baratas para o fornecimento desse serviço. Foram feitos quarenta e cinco gavetões no cemitério, por um preço de cerca trinta e cinco mil euros e só, até ao fim do nosso mandato, foram recuperados, sensivelmente, trinta e quatro mil euros, portanto ficando a Junta, o executivo presente e até, se calhar, o futuro, ainda com cerca de setenta mil euros para



Assembleia de Freguesia de Barcarena

recuperar, como verbas que são, despesas não, como verbas próprias da Junta; portanto só para dizer que foi um investimento muito bem feito e obedeceu aos procedimentos legais. Quanto à publicitação, francamente, só começámos a ouvir falar nessa figura já perto do fim do mandato porque nunca nenhum técnico oficial de contas que trabalharam para a Junta de Freguesia, um dos quais já falecido, nos alertou para essa eventualidade. Outras despesas também em restaurantes com executivo e funcionários, isso houve efectivamente necessidade de pagar alguns almoços a funcionários e alguns juntamente com o executivo, nomeadamente nas intempéries que se abateram sobre a Freguesia, em que o mínimo que se poderia exigir era o pagamento da refeição depois de dias e noites de trabalho árduo, já que não se podiam pagar horas extraordinárias. O executivo e outras entidades. Está-me a lembrar um exemplo que, se bem se lembram, esta Assembleia aprovou as medalhas da Freguesia que não existiam e que eu pessoalmente me dei ao trabalho de, enfim, de proporcionar os meios e a forma de as conseguirmos. Ora, um senhor, dos melhores peritos nacionais na matéria, um Sr. Tenente-coronel do exército que eu conheci foi por mim contactado para nos fazer esse trabalho, que o fez graciosamente; e é um trabalho técnico muito específico e que de certeza que ficaria a ser contratada alguém por alguns milhares de euros e ficou por dois ou três almoços com ele porque nós, ele tinha de ter o nosso testemunho enfim daquilo que nós mais ou menos pretendíamos, de todas as características da Freguesia para que ficassem espelhadas nas medalhas, e ficaram muito bem. Houve também uma vez, ou outra que me recordo da visita de Srs. Vereadores em prol da Freguesia, e cujo trabalho de enfim de apoio se prolongou para além do que seria normal e, eventualmente, não digo, nas facturas deve estar, na traseira das facturas de todas estas deve estar indicado o fim e deve estar algumas, possivelmente até a lápis, que eu vi algumas, mas sei que estaria indicado qual foi o fim específico dessa factura. Festas e Comemorações. Foi de apoio alimentar, estamos a falar apenas nas verbas de restaurantes, de apoio alimentar a alguns voluntários que apoiaram na realização dessas festas e, por exemplo, a elementos da banda sinfónica da GNR, que vieram montar todo o cenário, a uma hora que obrigava a que fosse servida uma refeição, já que toda a banda sinfónica actuou, praticamente, de uma forma gratuita. Pagámos, se não me engano, cinquenta e qualquer coisa, cinquenta e poucos euros, para o transporte e mais ou menos isso. Para funcionários em actividade de voluntariado... actividade de voluntariado, isto refere-se, mais possivelmente, a funcionários do IFP, como sabem, tivemos durante o mandato, variável, entre seis e oito funcionários e quando lhes foi exigido ou solicitado; exigido não, solicitado, o cumprimento de horas extra que não podíamos pagar, então optávamos por, pelo menos, e acho que era o mínimo que se podia exigir, o pagamento de uma refeição, já que eles, como sabem, ganhavam o ordenado mínimo, sendo que o IFP pagava quatrocentos euros, a Junta cento e vinte, que era à volta de cento e vinte, mais o passe social, esse era pago pela Câmara Municipal e a Junta pagava o seguro e dava o fardamento, assim é que é. Relativamente à aquisição de bens não-confeccionados. Como sabem, a maior parte dos eventos, em que eram servidas refeições, tinham de ser adquiridos os respectivos géneros. Nós, no aniversário da Junta de Freguesia, fizemos, algumas vezes, almoço na Junta, que era convidada a Assembleia, e alguns membros foram e outros não foram, mas fizemos almoço e perguntámos a todos se



Assembleia de Freguesia de Barcarena

queriam participar. No dia de Santa Bárbara, também em três ocasiões, eram os funcionários da Junta e o tesoureiro que confeccionavam refeições e que o serviam. No dia Mundial da Criança, eram adquiridos também os géneros e distribuídos no final. No 25 de Abril, portanto, em todas essas comemorações, os géneros eram adquiridos e fornecidos, depois de confeccionados. Quanto aos cabazes, também foi aqui muito falado nos cabazes para as pessoas, famílias e pessoas carenciadas. Como sabem, também... Como bem sabem, os produtos que constituem os cabazes são provenientes de donativos das instituições e algumas de particulares e eram sempre reforçados por bens alimentares adquiridos pela Junta, nomeadamente, o bacalhau, o azeite e alguns produtos que não constavam de elementos que nós considerávamos de primeira necessidade, para complementar e para enriquecer esses cabazes. Todo o processo de localização das pessoas carenciadas a quem deveria ser distribuídos esses cabazes era feito, esse controlo era feito pelo Núcleo de Executivo da Comissão Social de Freguesia. Também sei, conheço muito bem o processo, já que era, por inerência de funções, e assumi-o e participava e presidi a todas as reuniões da Comissão Social de Freguesia e, por obrigatoriedade do que estava estabelecido e, em regulamento, deveria reunir três vezes e, assim, o fizemos sempre, mas, de qualquer forma, o Sr. Guerreiro Soares, o secretário da Junta à data, poderá explicar melhor este processo e pedia à Sra. Presidente da Assembleia, se não se importava que ele especificasse melhor." A Sra. Presidente da Assembleia de Mesa responde "Vai-me desculpar mas ele só vai poder falar quando pedir a palavra, portanto não vai ser o Sr. Deputado que lhe passa ou que o obriga a falar; ele terá de querer falar e pedir portanto." O Sr. Deputado Fernando Afonso "Por isso mesmo é que eu lhe pedi a licença, se a senhora não concede pois o Sr. Guerreiro Soares falará então quando a senhora lhe der a palavra, muito obrigado. Quanto, por exemplo, às livranças, as duas livranças dizem respeito à necessidade de pagamento de salários aos cerca de dezoito funcionários que, alguns dos quais, e como todos sabem, tiveram situações económicas bastante precárias. Também sabem que as verbas que a Junta de Freguesia tem para o seu funcionamento, tem fundamentalmente três origens, três não, quatro origens: é o FFF, o tal Fundo de Fomento das Freguesias, entre cento e vinte e cento e vinte e cinco mil euros, que é atribuído em quatro tranches ao longo do ano. Creio que é em Janeiro, Abril, Junho e Outubro, creio que é isso. A primeira tranche que é atribuída em Janeiro, nessa altura, normalmente, entre dia 15 e dia 20, nessa altura, já os vencimentos tinham de estar processados e a Junta, ao não ter a verba completa para o pagamento, logicamente teria de buscar dinheiro nalgum lado. Quanto à Câmara Municipal pior ainda, a Câmara Municipal, nós tínhamos, e tem, ainda existe, o contrato com ela sobre a delegação de competências e era feito em bimestres. A Câmara chegou a estar em atraso quatro, três e quatro bimestres, relativamente ao pagamento da delegação, chegou a estar e normalmente era isso que estava e todos na Junta de Freguesia são testemunhas disso. O mesmo se passava com IFP, em que teria de pagar os tais quatrocentos euros por cada funcionário e chegou a estar em atraso quatro, cinco, seis meses. Portanto, queriam que nós pagássemos vencimentos, se tínhamos tanto dinheiro a haver e não o havíamos. Pois recorremos a esta figura que veio acarretar despesas de quê? trezentos, duzentos ou trezentos euros em juros, que não teria sido muito mais. O endividamento



Assembleia de Freguesia de Barcarena

excessivo, o Sr. Auditor disse muito bem, era temporário; efectivamente, nunca foi por nós verificado por não termos, embora o Sr. Tesoureiro não, o Sr. Secretário verificasse diariamente tudo o que entrava e saía e tinha tudo ao pormenor, mas, logicamente, não tinha um controlo daquilo que, e da previsão daquilo que se ia gastar, mas creio que também esse endividamento não, nunca foi preocupante para, e nas contas finais nunca se verificou que a Junta estivesse, de forma alguma, endividada. Relativamente às obras do café, nesta Assembleia já foi devidamente debatido como é que foi o processo. Mas para quem está menos informado, nos baixos da Junta, funcionava uma pequena padaria, venda de pão, um posto de venda de pão; e funcionava um café que não era frequentado por praticamente ninguém e com, às vezes vários meses de atraso na renda. Quando nos foi dada a possibilidade, por nossa proposta à Câmara, de sermos dotados com um posto de atendimento, um...falta-me o termo agora...um Espaço do Cidadão, quando nos foi dada essa possibilidade, a única solução que tínhamos para esse espaço era no edifício da Junta, que é o único bem móvel que nós tínhamos à altura. E, então, a solução seria e, com os técnicos da Câmara verificámos que o espaço seria o suficiente, e a única solução era de fazer a permuta desse espaço, com o espaço do café, porque o anterior arrendatário já não conseguia pagar a renda com aquilo que dali retirava. Portanto, fizemos a cessação do contrato com esse arrendatário e fizemos a permuta com a APAPOL, fazendo um contrato de realização de obras no espaço do café a expensas partilhadas, ficando logo estipulado que renda ficariam a pagar nos primeiros cinco anos; no ano seguinte e no ano seguinte com algum aumento, conforme o contrato que está e viram certamente na Junta de Freguesia. A maior parte desses ajustes para as obras, ou uma boa parte, foram feitos pela APAPOL e outros pela Junta de Freguesia. Da Junta de Freguesia, nós colaborámos com a nossa mão-de-obra; a parte da nossa mão-de-obra, nomeadamente na retirada de todo o lixo do anterior café e, enfim, partir paredes e tudo mais; e depois, como é natural, fizemos o encontro, íamos fazendo o encontro de contas com a APAPOL, de forma que, no fim das obras, nós tivéssemos pago metade, e a APAPOL a outra metade. Não houve aqui nada escondido, não é escândalo nenhum e, se formos a ver o valor patrimonial da Junta de Freguesia no antes e no agora, todos concordarão que não tem nada a ver. Quer esse espaço, que hoje é visitado por todos quantos por aqui passam e ficou muito agradável, quer até o próprio edifício da Junta, cujas obras a Câmara Municipal também nos participou nalguma parte e quer os benefícios que advieram do Espaço do Cidadão, passando o atendimento ao público pela Freguesia do cimo, evitando que as pessoas tivessem que subir escadas, para esse mesmo espaço com benefícios que ninguém duvidará. Eu creio que ficaria por aqui agora Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente de Mesa de Assembleia passa a palavra ao Sr. Deputado João Borges (INOV) “João Borges, INOV. Antes de mais queria pedir desculpa porque ali como o nosso colega do PS foi tão exaustivo, ainda tive aqui a fazer um bocado o cruzamento de informação que tinha sido falada e que não tinha sido falada, e entretanto há aqui assim uma questão acima de tudo que eu gostava de falar e vou voltar a tocar no assunto da lista de despesas sem cumprimento com disposições legais, porque é uma coisa que de facto que a mim, eu pessoalmente, tanto me preocupa na minha actividade profissional todos os dias e isto, quer dizer, a mim, não



Assembleia de Freguesia de Barcarena

consigo entender muito bem, como é que e vou passar a citar aqui uma linha que há bocado não foi citada que até julgo que é o maior custo nesta área, estamos a falar de dezassete mil cento e vinte e nove euros, aproximadamente, para uma empresa chamada Azulejo Mar, com o Número de Identificação Fiscal que aqui está. O representante do Órgão Social António Augusto Davim Ferraz; e bom, eu para ser franco, não consigo perceber muito bem isto, porque diz aqui comentários que estão escritos 'facturas que são em formato manual, impressas em livro editado e tipografia com numeração de folhas de um a duzentos e cinquenta. A facturação que corresponde o valor da despesa indicado na coluna seguinte corresponde à numeração sequencial e sem falhas. Número cento e quinze ao cento e vinte e oito, com data de emissão 17 do 9 de 2013 a 31 do 8 de 2014. Os documentos emitidos no período referido não foram comunicados à autoridade tributária. Os valores foram pagos por cheque à ordem de Azulejo Mar e por transferências bancárias sobre BES, NovoBanco, para Paulo Alexandre Esteves dos Santos, no valor de três mil e oitenta e seis euros e José Ventura quatrocentos e sessenta e oito euros'. Epá, isto, para mim, parece-me muito confuso e estamos só a falar de um montante mais avultado desta quantia de quase quarenta e oito euros. E depois ainda conseguimos perceber que a situação societária da empresa está em dissolução administrativa e encerramento da liquidação em 20 do 1 de 2015. A sociedade constituída em 26 do 10 de 2009 não tem publicação de prestação de contas, cessação de IVA em 31 do 12 de 2013. Pronto, é um aspecto que acho que é importante tentarmos perceber mais ou menos o que se passa. Tenho dito."

A Sra. Presidente da Assembleia de Mesa passa palavra ao Sr. Deputado Tiago Gonçalves (PS): "Tiago Gonçalves, Partido Socialista. O Sr. Fernando Afonso veio ter o discurso que nos habituou durante quatro anos e é sempre o discurso de 'É tudo feito com boa fé' e eu acredito que seja tudo feito com boa fé, ninguém está aqui a acusá-lo do contrário. Isto são evidências; quando diz que as obras e as festas feitas realmente embelezaram a Freguesia e tiveram um impacto na imagem da Freguesia; realmente tiveram um impacto na imagem, não sei é se a imagem que o Sr. Ex-presidente acha que é, porque o que está neste relatório que, se calhar, estas pessoas todas estão aqui a assistir, fregueses de Barcarena pensam, não é uma imagem muito positiva. Em relação à delegação de competências, a resposta é, no mínimo surreal, não é ... Eu saio daqui, saio pela porta, vejo as escadas e atiro-me da varanda; o meu colega a seguir sai pela porta, vê as escadas, atira-se pela varanda; o Sr. Presidente como deixa atirar um da varanda também se atira. Se, realmente, no passado, não houve Ex-presidentes não cumpriram com a delegação de competências, é simples: também estavam ilegais. Tinha as ferramentas todas para fazer as coisas correctamente. Em relação aos restaurantes, teve muito tempo a dissecar as contas do restaurante. Basicamente, as contas dão, por alto, sete euros e meio por dia, foi o que gastou em refeições, ao longo dos quatro anos. Extra refeições, extra almoços do executivo, dos almoços com fornecedores, dos eventos; há sete euros e meio por dia; mas não são só sete euros e meio. A esse valor tem que acrescentar os almoços confeccionados pela Junta de Freguesia, muitas das vezes, e via-se, quem passava aqui via, às sextas-feiras, na cave da Junta de Freguesia, que eram confeccionados com os bens adquiridos com o valor da Acção Social, porque o coelho, o mexilhão, desculpe, se não provem o



Assembleia de Freguesia de Barcarena

contrário. Em relação ao café, íamos fazendo contas não é, a resposta do Sr. Presidente 'íamos fazendo contas'. Pois, o problema é esse, depois do que o Sr. Presidente disse, ninguém sabe quanto é que custaram as obras no café. Se o valor de, os treze mil novecentos e sessenta e nove euros são só parte, se a grande parte foi garantida pela APAPOL em quanto é que ficaram as obras do café? E já agora, volto a fazer a pergunta, onde é que está o poliban? Mas também ninguém disse. Bom, para finalizar, foi tudo feito de boa fé e isso também nos descansa porque como foi tudo feito de boa fé eu depreendo, pelas palavras do Sr. Deputado Fernando Afonso, que votará favoravelmente ao envio desta proposta para as entidades competentes. Obrigado.”

A Sra. Presidente da Assembleia de Mesa questiona se mais algum Sr. Deputado quer intervir.

A Sra. Presidente da Assembleia passa a palavra ao Sr. Deputado Guerreiro Soares (IOMAF):
“Boa noite a todos. Eu vou começar a responder ali ao nosso ao nosso colega Deputado Tiago Gonçalves. E começo logo por responder: onde é que viu o poliban? O poliban, não conhece, mas devia ter a obrigação de conhecer, que os estaleiros que nós temos, ou tínhamos não é; não sei se ainda temos, se não temos, mas no nosso tempo tínhamos; foi aplicado, dado que o IFP mandou para cá duas funcionárias mulheres, não era homens e, como só havia balneários para tomar banho os homens, tivemos de arranjar uma casa de banho para as senhoras. Daí que pressuponho, eu sei que houve um poliban; para onde foi? Deve ter sido esse ou então é o poliban que está no cemitério lá implantado para o coveiro tomar que não havia; se lembra, só havia uma casa de banho, agora no cemitério há duas, é para homens e mulheres e está lá um chuveiro que, por acaso, não está a funcionar; ainda ontem lá estive, está desactivado praticamente, portanto aí também é o poliban. Oiça, ou é esse ou é o que está lá em cima. Portanto, fomos obrigados, dado que veio cá a Comissão de Trabalhadores da Câmara ver as condições que os funcionários tinham para poder exercer os seus trabalhos não é. Ao fim do dia poder tomar banho etc. etc. Portanto aí não sei quem foi que colocou, eu, pelo menos, vejo lá o poliban e vejo outro poliban efectivamente ali, se dá conta que se comprou só um dá dois, quer dizer que uma foi de borla. Eu não fui buscá-lo de certeza ao AKI. Sobre os documentos, fazendo descansar não só o Tiago Gonçalves do Partido Socialista, mas todos os membros deste actual executivo e também da Assembleia de Freguesia, que os documentos, temos lá documentos desde 1976 no arquivo. Estão lá centenas de pastas, todas elas tipificadas, quer as despesas, quer as receitas, portanto fique descansado, a não ser que desapareçam não é, mas também como isto está informaticamente posto na Junta de Freguesia, portanto se arder ou roubar ou tirar os que existem em papel, temos outros mecanizados não é, portanto informatizados como quero realmente dizer. Pronto, mas eu, além disso, queria efectivamente falar sobre a Rede Social e Comissão. Portanto, como devem ter conhecimento, não é fácil admitir que a segurança das mais diversas iniciativas, a semelhança das mais diversas iniciativas na Freguesia de Barcarena, a adesão a determinadas causas nem sempre é encarada e aceite com responsabilidade e importância que elas merecem exigir. Apesar do olhamento de algumas instituições e, em particular, nas responsabilidades partilhadas e assumidas quando integraram ou quando integram a



Assembleia de Freguesia de Barcarena

Comissão Social de Freguesia, cujo objectivo fundamental é o combate à pobreza e à exclusão social. E foi propósito do executivo da Junta de Freguesia de Barcarena, secundado pelos ou pelas entidades seguintes que vou efectivamente enunciá-las. Fizeram parte, durante este último mandato o Centro Social e Paroquial de Barcarena, as Irmãs Canossianas, pessoas singulares, colectivas, muitas, sabendo que estivemos a colaboração da PSP, das colectividades da Freguesia, Escolas Primárias e Secundária, a IOS também dava alguns produtos, a destacar essas; as igrejas ou paróquia ou as capelas de Tercena, Queluz de Baixo e Leceia; os escuteiros e os Bombeiros Voluntários de Barcarena participavam ou participam ainda na Comissão Social de Freguesia. Infelizmente, não tenho tido conhecimento se ele está a funcionar se não, o que é muito mau. Talvez há a FEAC não é? O FEAC foi um trabalho exaustivo de quatro anos. Felizmente, deve estar em condições, não é? Portanto houve, havia e sabe que houve, havia patrocínios das colectividades, o caso do Valejas fazia sempre todos os Natais um torneio de futebol futsal, o Valejas com o Centro Social e Paroquial de Barcarena e com o Clube de Futebol Sport Lisboa e Benfica. Fizeram pedidos, as pessoas não foi muitas, mas houve uma recolha dos produtos para a Comissão Social de Freguesia e foi feito um inventário e dado que era o Centro Social e Paroquial de Barcarena e/ou Valejas Atlético Clube dos produtos que nos deram para fazer de depósito. Os comerciantes, nos três anos últimos, batemos a portas, muitos mas muito poucos, efectivamente, fizeram apoio. A Câmara Municipal de Oeiras também só fazia o apoio para o momento para os cabazes de Natal; aqueles que sobravam daqueles que ele dava, ele Câmara, ela Câmara não é; sobravam alguns e então vinham para a Junta de Freguesia, uma vez veio doze, outra vez veio dezoito, outra vez veio vinte etc. etc. Portanto era os restinhos, é que nos dava a ajuda. Portanto, os apoios que tivemos, eu houve muitas coisas que a Junta de Freguesia teve que adquirir, quer o bacalhau, quer o polvo, houve um ano que não tínhamos bacalhau e foi dado; isto tudo porque quando começou a Troika, nós, Junta de Freguesia, começámos a não ter verbas. Uma delas foi as habitações; o fecho do café, perdemos dez mil euros de rendas porque esteve fechado. Queluz de Baixo houve um atraso também da clínica que lá está; a abertura do forno crematório, o seu início em 2013, retirou cinquenta por cento das receitas do cemitério e ainda, para finalizar, a Câmara deixou-nos de deixar gerir o mercado abruptamente de um mês para o outro disse 'para o mês que vem, vocês não fazem mais o [imperceptível], vamos efectivamente acabar com o mercado' Portanto, só aí, foram trinta mil euros, sete mil no mercado, quinze mil das receitas etc. etc. Ainda mais, no tempo do outro executivo, não do 2013 a 17, foi feito um protocolo, quando iniciassem as obras do forno do crematório, a Junta de Freguesia teria que dar metade, ou seja, cinquenta por cento do que nós recebíamos do contrato, tínhamos que enviar para a Junta de Freguesia, na altura era Junta de Freguesia de Queijas só, mas como não, Carnaxide, pois, a União de Freguesias, o presidente não quis, enfim, abrir de mão os cinquenta por cento, andámos a pagar até Outubro de 2017. Ainda mais, o período da Troika, efectivamente, deu pedrada em todo o lado e também apanhámos por tabela. Daí, a necessidade de andarmos a juntar os trapinhos todos para podermos fazer. Aliás, como o presidente aqui disse e muito bem, os gavetões não era para ser quarenta e cinco, era para ser cinquenta e sete, mas nós fizemos as contas até ao final do mandato e não vai ser os cinquenta e sete, vai ser os



Assembleia de Freguesia de Barcarena

quarenta e cinco, mas está lá o local para se poder ser feito. Dado que os ossários estavam na parte final, a gente recuperou a segunda fases todas não é, a parte da segunda fase e aquela que se entra no cemitério do lado esquerdo, porque aquilo estava tudo mal. E agora está mal também a primeira fase, tivemos que retirar de lá as ossadas porque estava tudo a estragar-se, estava tudo a apodrecer. Portanto, era um património que está inventariado, o cemitério foi dos poucos, porque quando este mandato tomou posse, não havia inventário, o inventário apareceu no ano de 2015. 2016 entregámos ao vogal da Junta, mas dado que ele andava aí nas obras e não sei o quê da Junta de Freguesia, mais qualquer coisa lá em cima, foi ele que foi o grande obreiro das modificações todas que houve no estaleiro, foi portulano e não se conseguiu fazer o 2016, mas o 2016 com um bom trabalho feito pela Auditoria, é só pegarmos o que diz sim não; os não, não estão tipificados e a questão é rápido, já não precisam de ir ver as facturas da despesa etc. etc. Portanto, um bom trabalho feito da Auditoria. Aprendi muito com este documento, por acaso fui levantá-lo, porque eu não tenho estado cá, mas o documento está bem elaborado e há muita recomendação e é: tivemos o azar que em 2015 faleceu o técnico oficial de contas, tivemos muitos meses sem ter técnico oficial de contas; ainda por cima, a seguir adoeceu a funcionária, a Manuela; portanto, primeiro que recuperássemos o 2015, prolongou-se por 2016 e depois ele também, este técnico oficial de contas não podia fazer milagres. Mas agora está mais ou menos que é até ao dia 10 do mês seguinte, pronto. Houve, realmente, procedimentos que não sabíamos que era obrigatório, para a gente mandar para a outra autoridade as compras que fazíamos, nunca ninguém nos deu essa hipótese e, hoje, felizmente, com este documento, que é um bom documento de trabalho, mas vai ter muitas dores de cabeça porque os funcionários não estão totalmente aptos para isto, se o técnico o técnico de contas não está a tempo inteiro, infelizmente é a única Junta de Freguesia do Concelho que não tem um técnico oficial de contas permanente é a nossa, somos os visitantes esquecidos, até Porto Salvo tem um técnico oficial de contas que é praticamente diariamente, ele ajuda. As folhas de caixa e bancos estão praticamente feitas os acertos no final do ano e não foi assim tão mau tão mau porque os cabazes, esses cabazes que não foram poucos que a gente deu. Em 2014 demos cento e dezasseis cabazes pelo Natal, mas são cabazes que não eram de cinco tostões, nem vinte e cinco, nem cinco euros, nem dez, nem quinze, porque havia e há na Junta de Freguesia uma listagem que serviu para o FEAC, com as pessoas, com os filhos que têm e não têm, onde moram e as suas dificuldades ou as suas carências que são muitas não é. Portanto, além disso, também na parte social mantivemos o apoio jurídico, infelizmente agora há lá a ordem dos advogados, não temos jurista, mas tínhamos um jurista, tínhamos uma psicóloga que parece que está a funcionar e tínhamos uma senhora, a Sra. Dra. Alda Gracio, que dava o apoio psico-social à Junta de Freguesia, não sei se mantém se não, se a Câmara deixou de a mandar para cá, pessoalmente não temos. E tivemos o apoio sempre do Centro Social e Paroquial de Barcarena, com a Dra. Maria João, a Rita e a Dra. Adelaide e também o apoio do gestor e padre da Freguesia, padre Mário Faria, conhecedor de todos os seus clientes, ou seja, os paroquianos não é. Portanto pediam hoje às dez da manhã, às dez e meia tinham os carenciados tinham lá realmente os seus produtos. Eu entreguei centenas porque alguns estávamos a receber o apoio das



Assembleia de Freguesia de Barcarena

colectividades, das pessoas, dos restaurantes, etc. etc. não dava tempo para a gente estar a inventariar. Mas a Junta tem informaticamente, é a questão de lá irem procurar, que foi a funcionária que tratava disto que era a Carla, era uma funcionária impecável, dentro do possível fazia tudo. Tem as Actas, tem os Planos de Acção, tem quem faltou, quem não faltou, quem deixou de fazer o que não deixou. Portanto, a Junta de Freguesia pode efectivamente tomar quatro a seis pastas completamente cheias. Portanto, aí estamos à vontade. As despesas que estão lá feitas, não há dúvida nenhuma que não há necessidade disto. Houve, e então vou-lhes dizer só, não tenho aqui possivelmente, mas se tiver, onde é que se gastou e deixou de gastar e os apoios que tivemos. Como sabem, a Junta de Freguesia, em Fevereiro, faz sempre o seu aniversário não é, portanto há despesas, ou há grande ou há pequena, não interessa. Portanto, tínhamos o aniversário; tínhamos o 25 de Abril; tínhamos o 1 de Junho, que era para as criancinhas, dávamos lanches, dávamos tudo isto, por isso é que aparece farinhas de trigo, aparece realmente lá os produtos, as bolachas, tudo isso está. Portanto, não havia efectivamente como há a FEAC diz 'É um Kilo de carne para este durante um mês ou dois ou três. É tanto de peixe...', está tudo programado para as pessoas, sejam eles de uma idade, se forem crianças tem isso, nós não tínhamos, não tínhamos nem temos, que eu saiba, não é, pronto. Portanto, as actividades estão aí; julgarem, julguem, mas o que consta aí na praça, isto é um documento que era restrito mas infelizmente todo o mundo já sabe. Olha hoje tive que levantar o meu, portanto ainda não, tive que estar aqui a ouvir, estava a escrever, se viram escrevi bastante sobre a vossa intervenção, a intervenção do Tiago do Partido Socialista e do meu presidente porque não sabia; eu nem sabia que vinha hoje substituir, preparei-me efectivamente para vir assistir à sessão porque, apesar de ser suplente, eu gosto de saber inteirar-me, portanto é pelo mandato não é, porque se estou, já venho com esta Assembleia três vezes, não sei por quanto mais tempo, porque a minha saúde também não permite portanto, espero que sim. Portanto se precisarem de mais alguma coisa, eu depois peço outra vez a intervenção, está bem, Sr. Dr.? Obrigado."

A Sra. Presidente da Assembleia de Mesa passa palavra ao Sr. Deputado Fernando Afonso (IOMAF): "Muito obrigado Sra. Presidente. Ainda respondendo ao Sr. Tiago Gonçalves diz que a Delegação de Competências é uma coisa muito grave. O Sr. tinha conhecimento, será que tinha conhecimento que isso deveria ser feito? Se o tinha, também nos deveria ter alertado, quer nas Assembleias, quer até pessoalmente, por uma questão de relacionamento institucional. As refeições da sexta-feira, esta é grave, a acusação que o Sr. fez, é grave não, é muito grave. Dizer que nós usámos algum produto da Acção Social, isso é grave, isso constituiria roubo e não o fizemos. E não diga que era às sextas-feiras, fizemos alguns almoços com algumas individualidades durante o mandato, é verdade, nas instalações da Junta; as expensas nossas, as expensas nossas, nomeadamente posso dizer algumas delas, a maior parte das vezes era as refeições compostas de caça, que era oferecida por mim, quem as confeccionava ou era eu ou era o Sr. Tesoureiro. Portanto, nunca foi desviado qualquer produto da Acção Social para este ou para qualquer outro fim, a não ser para aquele efeito. Disse."



Assembleia de Freguesia de Barcarena

A Sra. Presidente da Assembleia de Mesa passa a palavra ao Sr. Deputado Tiago Gonçalves (PS): “ Tiago Gonçalves, Partido Socialista. Como o Sr. Fernando Afonso pode perceber não sou eu que lhe tenho de dizer quais são as obrigações do Presidente da Junta ou do executivo da Junta, como é óbvio. Em relação à intervenção do Guerreiro Soares, sim sim, em 2015 ficaram sem toque, infelizmente, e que tornou tudo mais complicado, mas quer dizer, os problemas não começam em 2015, não é, já vem de trás, vem de 2013, não é, ou mais certo. Só mais duas notas: quer dizer, em relação ao facto de não estar à espera de vir aqui, quer dizer isso é um problema de organização interna do Movimento, certo? As substituições, não justifica o facto de não estar, de não saber do relatório. E pronto e fiquei esclarecido em relação, fiquei mais ou menos esclarecido em relação ao poliban, não pensei que a resposta fosse melhor que a pergunta, mas... Certo, Obrigado.”

A Sra. Presidente da Assembleia de Mesa passa a palavra à Sra. Presidente da Junta de Freguesia: “ Muito boa noite a todos os presentes, obrigada por estarem. Eu não vou tecer qualquer comentário acerca do teor, conteúdo deste relatório, porque, para isso, estão ali os elementos do INOV. Ainda assim, face a algumas coisas que aqui foram ditas, eu considero que é pertinente eu dar explicações. Isto porque foi aqui dito que as livranças foram utilizadas para pagar salários. Então eu vou passar à explicação, porque eu entrei em 2017, portanto, na realidade, entrei no dia 28, faz hoje um ano que eu, estávamos aqui a tomar posse nesta sala e eu fui, não fui logo, a seguir foi dia 27, dia 28, que eu fui, tive o primeiro contacto com a Junta. Mas, neste ano, já aprendi alguma coisa. E uma das coisas que eu percebi e que sei, e que posso afirmar, e que sempre foi assim, porque se dúvidas houver eu desde já esclareço, nós ainda estamos a trabalhar com o Acordo, com a Delegação de Competências com os contractos que estavam deste mandato, estamos agora a aguardar as renovações, portanto ainda estamos a trabalhar com o antigo, não estamos a trabalhar com nada novo. Quanto aos ordenados, ao pagamento dos ordenados, eu acho muito estranho e vou explicar porquê: porque, na realidade, a Junta só assume, na íntegra, o pagamento de seis funcionários. Mentira, peço desculpa, cinco. Os quatro da secretaria e o senhor que está no cemitério. De resto, a Câmara dá o valor, os cinco que estão em mobilidade da Câmara, é a Câmara que lhes paga; aos do IFP, apesar de nós apresentarmos no relatório bimestral, a verdade é que antecipam-nos o valor. Portanto, eu penso que é importante esclarecer isto, porque não se pagava a dezoito e, atenção, eu quando falo, eu faço prova de tudo aquilo que eu digo, talvez por defeito profissional. Portanto, é importante esclarecer isto e eu também vos posso adiantar quanto é que são os ordenados mais ou menos, estes cinco ordenados; não é um valor avultado porque estas pessoas não recebem muito, apesar de fazerem muito. Portanto, essa parte importa esclarecer. Pode ter sido, agora vinte e seis mil euros para cinco meses, mesmo com encargos. Todos nós sabemos que há responsabilidades com a Autoridade Tributária e Aduaneira e com a Segurança Social, a verdade é que não colhe. Também é verdade que nós temos outras responsabilidades, tínhamos os avançados, também é verdade, mas nem sequer foram contabilizados. Posto isto, eu penso, e peço desculpa, mas eu achei que era muito importante fazer este esclarecimento. O segundo esclarecimento, a Acção Social, então vamos lá: não, nós não temos a Dra. Alda Gracio que vinha uma psicóloga que



Assembleia de Freguesia de Barcarena

vinha da Câmara fazer o papel de Assistente Social, não, não temos; temos uma Assistente Social, cinco dias por semana, todas as manhãs, porque, efectivamente, face aos muitos cortes que foram feitos, desde Março que isso é possível. Portanto, neste momento, efectivamente, existe um Gabinete de Acompanhamento Social e, quanto ao FEAC, permitam-me que digam: sim, extraordinário. A listagem que vocês fizeram eram tantas pessoas que nós ainda estávamos a dar FEAC a uma série de famílias de outras freguesias, de tantos carenciados que nós temos. Portanto, e atenção, os agregados, o número de pessoas de FEAC que nós recebemos são cento e trinta e cinco; podemos receber mais cinco por cento; cento e trinta e cinco pessoas, não são agregados. Agregados, neste momento, são cerca de sessenta. E eu sei porque sou eu que lido com isso directamente, desde o início que sou eu que faço isso. Agora, claro que com a Assistente Social, mas sei, porque efectivamente aquilo que aqui foi dito acerca do FEAC, não colhe, não prepararam. Eu posso-vos dizer e convidar quem quiser para ir ver aquilo que, humildemente, podemos chamar de um armazém solidário, nossa casa solidária, porque quando era os almoços aqui referidos, neste momento foi tudo transformado; neste momento, recolhe a Acção Social, porque houve pessoas que apesar de aqui dizerem que a Acção Social não funciona, eu posso-vos dizer que houve empresas que muito amavelmente nos doaram móveis, não é, móveis agora falha muito; estantes, para que nós pudéssemos fazer o armazenamento; foram compradas, negociadas quatro arcas porque sim, é muito fácil aceitar um programa sem ter condições. Eu vou passar a enunciar as condições que o FEAC necessitava: uma Assistente Social; pelo menos, quatro arcas frigoríficas; um recinto onde pudesse ser feita a distribuição; pelo menos, um frigorífico. Querem que eu vos diga o que é que nós tínhamos? Zero. Tínhamos um acordo que, muito amavelmente, as Irmãs Canossianas e o Centro Social, face ao circunstancialismo e para que não deixássemos de ter, disseram que ajudavam. Isso funcionou um mês porque, apesar de tudo, da bela situação financeira que nos foi deixada, de doze mil euros de activo e de dívida vinte e sete mil, que também vos vou dizer, falta uma pagar, porque ainda não nos pediram, mas também vos posso dizer, de forma muito orgulhosa, que está tudo pago, acabámos de liquidar este mês. Está tudo pago e posso-vos também dizer, nunca houve, durante este mandato, um ano de mandato, até ao final do ano, posso-vos garantir que todas as nossas obrigações presentes, e que sabemos que temos até ao final do ano, temos dinheiro para as cumprir. E outra coisa: não temos um toque, também não precisamos, temos um excelente Gabinete de Contabilidade que nos dá assistência e temos uma excelente funcionária, excelentes funcionários, porque não é só uma, todos trabalham e todos dizem e todos ajudam. Portanto, temos tudo em dia, e uma coisa que é interessante é o desconhecimento. Ok, eu também não percebia nada disto, eu era advogada e a primeira coisa que eu disse, quando reuni com a contabilidade, foi: 'Eu quero isto, porque aqui ninguém faz nada nem ninguém compra nada sem que seja devidamente pedido, autorizado, perceber se tínhamos dinheiro.' E a contabilidade a resposta que me deu foi: 'Muito obrigada, há dois anos que andamos a pedir isso.' Estes pequenos esclarecimentos, porque eu acho, lamento, acho que tem que ser, as pessoas tem que saber aquilo que é a realidade. Portanto, ainda o FEAC, portanto, com o que conseguimos comprar no meio disto tudo e da situação em Janeiro, já conseguimos articular e



Assembleia de Freguesia de Barcarena

conseguimos as arcas, conseguimos frigoríficos emprestados e vou vos dizer: não precisamos de quatro arcas, precisamos de seis; e houve duas pessoas, um particular que emprestou uma, e um supermercado que emprestou outra. E eu convido-vos, mais uma vez, temos uma parte separada e temos a parte do FEAC, vejam o que era e o que está actualmente. E sabem quem é que, porque eu depois acho piada que digam estas coisas, sabem quem é que, o FEAC são muitos Kilos de comida que chegam, e nós temos que ir buscá-los, com excepção dos congelados, sabem quem é que arruma tudo? Sabem quem é que acarta com tudo? Somos nós, olhe sou eu, não tenho vergonha nenhuma de o dizer, porque eu fui criada 'é para fazer, faz' e são os voluntários, são as pessoas da Junta e são os voluntários que, ainda por cima, depois são acusados. Que a título de zero, porque não há almoços, não, não há; há um obrigado. Vão ajudar, sabem quando é que vem, porque eu faço um telefonema e vão ajudar. São os voluntários que, hoje, duas voluntárias, três, que hoje entregam comigo o FEAC. São três pessoas que comigo, a próxima entrega é no dia trinta, convido-vos. Neste momento, e porque as pessoas já não têm vergonha de ir à Junta, já temos no FEAC só pessoas de Barcarena. Infelizmente, digo isto com muita tristeza, mas na verdade, e ao contrário daquilo que é dito, o FEAC e a Acção Social em Barcarena, agora sim, há Acção Social. Muito agradecemos às colectividades, aos particulares, ao Centro Social e Paroquial, que angariam fundos para aquelas pessoas que nós não podemos ajudar com o FEAC; podermos ajudar de outra forma, com muito menos, é verdade, mas são ajudadas. E esse trabalho deve-se ao muito apoio que recebemos do Centro Social e Paroquial, das colectividades, dos particulares. Quanto aos polibans, eu vou dar uma explicação: não colhe aquela explicação que o Sr. Guerreiro Soares deu; não colhe por um motivo, porque tudo o que está no estaleiro entra na Delegação de Competências e é-nos pago, portanto não pode ser posto na Delegação de Competências; se é pago pela Delegação, pela Câmara e depois nós fomos noutro sítio a dizer que tivemos essa despesa e que não fomos ressarcidos. Portanto, o poliban que está, todas as readaptações que foram feitas para as senhoras e é verdade, porque quando eu cheguei cá, tínhamos a Dona Fernanda, foram pagas pela Câmara, através da Delegação de Competências, portanto, não colhe. Eu acho que é muito importante, lá está, não me pronuncio, muito teria para dizer, porque certamente, como devem de imaginar, neste momento, eu tenho uma situação privilegiada, eu tenho acesso às facturas. Há outra coisa que eu quero aqui esclarecer: no âmbito desta Auditoria, por causa daquilo que foi frisado relativamente à AzulejoMar, haviam cheques passados que levantou, suscitou algumas dúvidas aos Srs. Auditores e solicitaram-nos cópias de cheques. Nós escolhemos aleatoriamente e fomos solicitar as cópias dos cheques à entidade bancária porque nós, durante seis meses, conseguimos visualizar os cheques, mas passados seis meses não, como já tinham passado muitos anos, nós fomos solicitar os cheques e só nos deram a frente do cheque. Neste momento, está a decorrer uma Auditoria interna ao Banco, porque nós apresentámos uma queixa, porque eles não nos deram as costas, o verso do cheque, porque, lá está, como foi aqui frisado, o sócio e gerente era um, os pagamentos eram feitos a outros. Portanto, perante isso, suscitou dúvidas e, neste momento, ainda não há resposta acerca disso, efectivamente, porque está a correr também uma Auditoria interna à entidade bancária solicitada por nós face a uma reclamação, porque



Assembleia de Freguesia de Barcarena

informámo-nos junto do Banco de Portugal, que nos disse que não era legal, porque o cheque é propriedade da Junta, portanto não podem negar, nem sequer alegar a parte do sigilo bancário, porque na verdade o cheque é nosso. Portanto, posto isso, eu não faço mais nenhuma consideração. Considerei que era muito importante que esta situação de ordenados, Delegação de Competências, FEAC, porque neste momento, permitam-me que diga, já nos toca a nós, não podia deixar de esclarecer. Muito obrigada.”

A Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Deputado Fernando Afonso (IOMAF): “Obrigado. Sra. Presidente da Junta ninguém disse que não tinha, que não existia Acção Social, nós sabemos perfeitamente que a Acção Social se mantém e até com melhores condições, já que têm uma técnica a tempo praticamente inteiro. Em relação ao FEAC, vocês agora chamam FEAC, tem um nome assim um bocadinho mais comprido, mas de qualquer forma, ficou definido com a Câmara Municipal que esse programa, na Junta de Freguesia de Barcarena, seria assumido por três entidades: a Junta de Freguesia, o Centro Social e Paroquial de Barcarena e as Irmãs Canossianas, está em Actas de reuniões da Câmara de certeza absoluta, foi assim que ficou definido: as Irmãs Canossianas faziam, e era lá até que estava instalado o frio, faziam o armazenamento dos produtos e a distribuição; nós auxiliaríamos nos dias em que havia distribuição e até na ida à sua recolha onde os produtos estavam; portanto assim é que tinha ficado definido. Por isso, não tínhamos visto a necessidade de desocupar a sala onde agora funciona para esse efeito. As instalações que eram usadas para as refeições, que ninguém fique com ideia que eram usadas para almoçaradas, eram usadas para o almoço diário de, pelo menos, três membros do executivo e entre quatro, cinco ou seis funcionários que aí tomavam as suas refeições que eram confeccionadas pelo seu Sr. Tesoureiro e, às vezes, até por mim próprio. Portanto, que não fiquem com a ideia que era para almoçaradas com pessoas, e posso dizer, muitas vezes, o Sr. Presidente da Câmara almoçou e o Sr. Vice-Presidente, alguns Vereadores, algumas pessoas a quem nós tínhamos alguns favores, por exemplo, refiro o dono da SOGAPAL, que nos imprimia o boletim informativo da Junta de forma gratuita, portanto que não fiquem com a ideia. Relativamente também falou aqui que a Junta estaria falida pelas suas contas; as nossas não foi bem assim, quando apresentámos as contas a vinte um, havia um saldo de dezoito mil duzentos e sete euros e havia por pagar o parque infantil de Valejas, que seria à volta de dez mil euros. Portanto, essas foi as contas que nós apresentámos e creio que era isso que estava e ainda estava muita coisa por receber, nomeadamente dois ou três bimestres da Câmara da Delegação de Competências e o próprio IMI também faltava receber a última tranche do IMI, portanto creio que a situação financeira não era caótica como deu a entender. Muito obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra à Sra. Presidente da Junta de Freguesia: “Bom ainda antes disso eu esqueci-me de esclarecer outra coisa. Relativamente ao crematório e ao cemitério. É verdade, a partir do momento em que o crematório passou a existir, o cemitério deixou de ter tanta receita. Contudo, nós passámos a receber uma parte mensal do crematório. Portanto, acaba por ser quase que ela por ela. É verdade que se pode vender mais pode-se não vender mais campas, mas nem todos os dias se vendiam perpétuas,



Assembleia de Freguesia de Barcarena

nem todos os dias se vendiam ossários, cendrários, portanto gavetas, vamos lá; até porque nós continuamos a vender essas coisas quando as temos, as pessoas continuam à procura. Agora, quanto à situação e é importante então esclarecer isto, mensalmente continuava a entrar valores razoáveis relativamente ao crematório. Não havia esses valores da taxa de enterramento, mas também ao crematório e outra coisa: o crematório enquanto que só pessoas da Freguesia é que podem ser enterradas no nosso cemitério, com excepção daqueles que têm campos ou gavetões próprios que comprem, é que podem vir de fora; ao contrário do crematório não, toda a gente pode vir, o que significa que, à partida, acabará por ser mais rentável, digo eu. O Sr. Afonso continua a insistir nesse, então vamos fazer contas os dois: em Junho, vocês receberam dez mil euros da Câmara para o parque infantil, foi-vos adiantado, porque vocês apresentaram uma factura pró-forma certo? Esse dinheiro foi-vos adiantado e vocês não pagaram o parque infantil, foi apresentado a pagamento em Novembro, portanto dez mil. Quando chegou a altura de pagar, eu como é evidente meti na Câmara para pagar, disseram-me que não e que me iam tirar, que não pagavam, mas que eu tinha de pagar; faça contas, para além de não ter recebido, ainda tive de pagar; faça contas, são vinte mil nas minhas contas. Depois vamos falar da fatídica carrinha, sabia que aquilo que estava pela Câmara é que tinha que pagar vinte e sete, o dinheiro da carrinha era trinta mil euros que a Câmara dava; se fosse a mais, a Câmara não dava, se fosse a menos tinha de ser estornado, certo? Estornaram os sete mil euros? Não. Sabemos fazer contas todos, eu sou boa a somar e multiplicar, sou péssima a diminuir, porque não gosto, acho que ninguém gosta; dividir, temos alturas ; portanto, o Sr. sabe fazer contas, não sabe? Eu sei, às vezes e depois temos os telemóveis que ajudam, mas eu ainda sou do tempo em que não podíamos utilizar as calculadoras, tínhamos que puxar pela cabeça. Portanto, posto isto, eu acho que estive bem em falar em vinte e sete mil euros, são contas, é lógico. Quanto aos atrasos e tínhamos muito dinheiro para receber, pois tínhamos; também me falaram de quatro mil e qualquer coisa euros da EDP para receber de um ramal; curioso, quando eu sou confrontada pela EDP, a dizer que esse dinheiro foi pago em Setembro, e quando eu fui à procura, de facto, tinha sido pago. Quanto ao dinheiro que estava em atraso dos bimestres, o que é que foi feito? Estava dez mil euros, que eu não recebi e que ainda fiquei sem e que ainda tive que os pagar, mas já estão pagos, já está; sabe é que com pouco, claro que houve muitas readaptações, e só falta as telecomunicações, é só até Fevereiro, sabe porquê? Porque os senhores, antes de saírem, refidelizaram-nos, e eu, neste momento, podia estar a pagar duzentos e oitenta euros, perto de trezentos, já com a central telefónica virtual, com tudo aquilo que eu preciso e com seis telefones, telemóveis, porque não preciso de mais, e tenho que esperar até Fevereiro; e sabe, o telemóvel que está aqui, o meu belo i pedra, é meu; não tenho um telemóvel da Junta, como nenhum membro do executivo tem, temos os nossos telemóveis pessoais. Portanto, calma com aquilo que é dito, são simples contas. E quando diz que havia muito dinheiro, diga-me como é que em doze mil, e depois também sabe que é muito fácil dizer que contabilisticamente há o dinheiro, pois é, então vamos lá ao banco vê-lo, onde é que ele está; sabe que nas contas, quando se faz orçamentos e se estipula por alto, é fácil dizer, por isso é que eu realisticamente baixei em sessenta e sete mil euros o orçamento da Junta, por isso é



Assembleia de Freguesia de Barcarena

que nós realisticamente este ano, se calhar, vamos ter que novamente readaptar porque, na verdade, a Junta não tem um orçamento anual de quatrocentos mil euros. E sim tem que ser feito, e sim tem que ser feito muito, claro, muita ginástica, e tem que se bater, e posso-lhe dizer que eu tenho fornecedores que eram vossos, que a mim, neste momento, assim que lhes disse que fui à procura, estão a cobrar-nos metade de valores que vos cobravam a vocês, sabe porquê? Porque eu disse que fiz pesquisa de mercado porque fiz. Portanto, eu posso-lhe dar um exemplo, foi votada, esta semana, na Assembleia Municipal, muito bem-vindo Sr. líder do PS da Assembleia Municipal à nossa humilde Assembleia de Freguesia, que até abordou o tema e que até teve o direito de resposta e acho que ficou satisfeito com a minha resposta, foi votado os valores que nós gastamos com os postos de enfermagem. Eu estive a olhar para aquilo e ri-me. Sabe porquê? Neste momento, vamos receber três mil e cem euros, mas face aos reajustes que nós fizemos desde 2007 para 2008, neste momento, estamos a poupar quase metade do valor. E essa metade do valor, porque foi feita pesquisa de mercado permite pagar à assistente social, que recebe muito pouco, é verdade, para aquilo que faz, recebe pouco e também tivemos que readaptar a questão da psicóloga, é verdade, está a receber menos; também readaptamos a do advogado, que também estava a receber bastante menos; mas eles todos aceitaram, ninguém disse que não. E agora vamos mexer nos enfermeiros, porque se calhar não são precisos três, basta dois; até porque temos os enfermeiros da Universidade Atlântica, muitos dispostos a colaborar connosco, eu só não percebo é porque é que essa ajuda nunca foi aceite se eles sempre estiveram dispostos. E até têm o último ano de enfermagem pode perfeitamente fazer um penso, está perfeitamente apto, para dar uma injeção, para dar uma vacina, porque é aquilo que nós fazemos para medir uma tensão. E, se calhar, vá, vamos poupar mais trezentos euros por mês. Portanto, não pense que é fácil, e o senhor sabe tão bem quanto eu que não é fácil. Às vezes temos é que, e de vez em quando, fazer algum bluff e dizer 'há mas aquele paga menos e oferece-nos menos' e as coisas fazem-se, ninguém é melhor que ninguém, ninguém faz coisas certas nem erradas, temos é que ter humildade, também admitir erros. Aqui há um longo trabalho para fazer pela Junta, é verdade, mas muita coisa já está feita, o principal está feito. O principal a nível de contabilidade, a nível de contas, a nível de estar tudo controlado dos dinheiros, de ser tudo autorizado, de não sair nada e de ser todos os dias fechada a caixa, e de ser todos os meses, ao final da semana contado, é verdade, neste momento, posso-lhe garantir que existe um fundo de maneiio, é verdade, fiquei a perceber que tem de ser fixado e que tem que funcionar noutras regras, mas existe. Claro que aquelas partes dos manuais é mais complicado, mas só estamos nisto há um ano e, ao fim de um ano, posso-lhe garantir que nunca tivemos descobertos bancários, não precisámos de recorrer a empréstimos e cumprimos com as nossas obrigações a tempo e horas, porque basicamente é: se temos dinheiro fazemos, se não temos, olhe, paciência, temos que aguardar por melhores momentos. E sim, a tão criticada festa da Freguesia, que tiveram tanto orgulho em criticar, eu posso-lhe dizer que foi paga com os dinheiros, com os dois mil e quinhentos euros que veio da Câmara para apoiar; fez-se a festa, não correu tão bem, pois não, também tivemos lá as fiscalizações todas, no melhor dia apareceu lá tudo. Curioso, no ano em que havia todo o tipo de licenças, até a Liga de Protecção dos Animais lá



Assembleia de Freguesia de Barcarena

foi, curioso. Portanto, se para o ano vamos conseguir fazer melhor? Olhe, fizemos uma festa da criança, disseram-me que gastaram tanto dinheiro nas festas das crianças que davam, pois, olhe, eu vou-lhe dizer, nós fizemos uma festa da criança, em que a Junta teve um encargo final de duzentos euros. Angariámos bens alimentares, as crianças tiveram, e os pais, porque se portaram pior que as crianças, confesso, na parte dos doces, os pais comeram mais que as crianças. Sabe, com insufláveis, com bombeiros, com associações a participarem. Portanto, com tudo o que eles tiveram direito; um dia em grande, humilde, para o ano já vai ser melhor. Mas porque houve muito boas pessoas e voluntários, que sabe o que é que aconteceu? Olhe, houve duas que comeram uma tosta, que fui eu que lhes paguei, não foi a Junta. Os outros comeram pipocas, tiveram direito a gomas, pronto, lá também puderam ser crianças, porque estes são os voluntários, estes é que são voluntários. Portanto, posto isto, importa pensar um bocadinho. Ninguém é melhor que ninguém, todos nós fazemos é coisas de formas diferentes e quando não fazemos menos bem ou fazemos menos bem, também temos que saber, ou ter a humildade para admiti-lo. Muito obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Deputado Fernando Afonso (IOMAF): “Por acaso não percebi os dez mil euros do parque infantil de Valejas, já que a Câmara se tinha comprometido em pagá-lo. Não pagaram afinal? Sim, mas a Junta não pagou depois ao fornecedor? Então se já tínhamos recebido o dinheiro pagaram pois, nós só não pagámos porque a Câmara não autorizou sem que estivesse em conformidade o parque, foi isso que eu entendi, portanto o dinheiro estava lá para ser pago. Estava na conta da Junta, sim. Não, estavam dezoito mil. Foi isso que eu entendi. Falou em termos do fundo de maneiio. No nosso mandato também havia um fundo de maneiio. Também havia um fundo de maneiio, não era assim tão grande, creio que eram duzentos euros, mas havia um fundo de maneiio e havia conferência, pelo menos semanal e a Cátia Tendeiro fazia a conferência de área antes de sair, isso também havia. Agora ficamos realmente muito felizes e satisfeitos em saber que a Junta está a ser bem gerida. Nós também gerimos conforme sabíamos, o melhor que sabíamos e o melhor que pudemos e podem ter a certeza que nos dedicámos de alma e coração enquanto lá estivemos. Assumimos que, relativamente a determinados procedimentos, por desconhecimento e não por dolo grosseiro, nós cometemos, enfim, alguma falta que, enfim, por desconhecimento, não, de maneira nenhuma, por dolo e para benefício económico ou outro de qualquer um de nós.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra à Sra. Presidente da Junta de Freguesia: “Bom, numa das primeiras Assembleias que aqui houve, foi para apresentação do relatório de contas, mas ainda antes disso, no dia da tomada de posse, eu posso parecer distraída e posso até parecer que não sei falar, que não percebo nada disto, mas sou uma pessoa atenta; não percebo muito disto, mas sou atenta e aprendo. Porque todos nós que temos a humildade de diariamente de perceber que estamos cá para aprender, facilmente aprendemos. E eu estive atenta ao seu discurso e no seu discurso, o Sr. disse que tinha deixado nas contas da Junta doze mil e qualquer coisa euros. Ah, está em Acta, sabe, está gravado. Portanto, o que é que acontece? Se o Sr. disse, primeiro, está aqui no relatório, e eu nem



Assembleia de Freguesia de Barcarena

sequer queria falar do relatório, que vocês receberam dez mil euros da Câmara para esse bendito parque infantil, ok? Deram-vos antecipadamente, porque vocês pediram, dez mil euros para o parque infantil em Junho, Junho ou Julho de 2017, certo? Portanto, eu quando peço dinheiro para pagar uma coisa, eu pago aquilo que tenho de pagar, e depois, se houver problemas, se houver algum problema, eu vou ter, porque já paguei, vou ter com a empresa e digo 'Olhe, eu como paguei, tenho o direito de reclamar', até porque existe uma coisa chamada garantia do produtor, que são dois anos de garantia em que eles têm que responder, é a lei, e todos os consumidores devem de saber, porque quando compram, é-lhes dito que até podem, no mínimo, dois anos de garantia têm. Agora se eu não pagar, eu não posso reclamar, como é evidente. Se as coisas não estão em conformidade, se eu não pago, ninguém diz nada, o problema é que vos deram o dinheiro para vocês pagarem, e vocês não pagaram. Como disse aqui, e também nunca mais me esqueci, na Primeira Assembleia, e que eu vim de uma Junta de Freguesia, aqui presente, o deputado Tiago disse assim 'Pois é, deram-vos dinheiro para comprar laranjas e vocês compraram bananas'. Se não foi bananas, foi ao contrário, mas eu lembro-me perfeitamente que foi este o termo que ele utilizou. Portanto, ora, não pagaram, deram-vos o dinheiro, e eu quando meto a pagamento, porque em Novembro, apresentam-me a factura a pagamento, porque já lá estava tudo. Eu, o que é que eu faço? Tinha para pagar em Novembro, meto a pagamento à Câmara, e lá vem a prenda envenenada: 'Não, não pagamos, porque nós já pagámos isso. Agora vocês têm é que pagar.' 'Mas não foi pago?' 'Não, não foi.' A questão é exactamente essa, é que foi vos dado o dinheiro, dez mil euros, olhe, eu até tive o cuidado para que não subsistissem dúvidas, de solicitar à Câmara toda a documentação acerca disso, portanto dúvidas não há. Foi vos pago dez mil euros para vocês pagarem aquela, dez mil para nove mil quatrocentos e tal euros, ainda ficavam com os trocos, e não pagaram. Pagámos fracionadamente, apesar da empresa dizer que não queria, e agora vamos reclamar exactamente porque não está em conformidade, por isso é que ainda não foi inaugurado, por isso é que ainda não foi aberto. Porque agora temos o direito de reclamar, a partir deste mês ganhamos o direito de reclamar, sabe porquê? Porque está pago. Sabe quanto é que custa cada certificado de conformidade? Quinhentos euros. Sabe quem é que paga de ante mão? A Junta. E como nós não pudemos pagar, enquanto não pagámos, não podíamos pedir, porque depois não podemos reclamar e até evocar o direito de regresso. Portanto, quando diz 'Porque é que não pagaram?' Porque tínhamos lá doze mil euros na conta, porque eu já lhe expliquei, contabilisticamente é fácil dizer que há dinheiro, o problema é ele estar lá, porque isso eu também já aprendi, porque já me explicaram, parece é que o Sr. não entendeu. Portanto, eu já percebi isso, porque fui obrigada a perceber e, confesso, detesto tudo o que tem a ver com números e matemática, e fui obrigada a perceber, e percebi; é difícil, não é fácil, e eu volta e meia telefono a pedir esclarecimentos, quando não percebo alguma coisa, telefono para me explicarem, é para isso que estou a pagar uma avença. Então não é para isso que a Junta paga? É para ser esclarecida quando tem dúvidas. Portanto, aquilo que foi feito é que, na verdade, lá está, é a simples conta, faça-a. Vocês tinham que ter pago e não pagaram e, depois, eu tinha doze mil euros realisticamente e tinha subsídios de Natal para pagar, metade dos subsídios de Natal, ordenados,



Assembleia de Freguesia de Barcarena

responsabilidades...diga-me: como é que isso se faz? E já só falo dos cinco porque a mim preocupam-me é aqueles funcionários que eu tenho que pagar realisticamente, porque os outros é a Câmara que paga e que antecipa, paga mensalmente. Portanto, felizmente, olhe, venderam-se dois gavetões. Pronto, e lá as coisas se foram resolvendo. E depois lá se fez os acordos e se foi pagando e lá fomos renegociando, e lá fomos fazendo as coisas; e tudo, agora, está encaminhado. Se pode acontecer algum revés, claro que pode, mas, para isso, também existe uma Câmara Municipal. No dia em que eu achar, e eu aqui já percebi, face à pergunta que foi feita pelo Deputado do INOV, eu já percebi que, neste momento, no dia em que faz um ano que eu tomei posse, que todos nós que aqui estamos tomamos posse, eu recebi uma prenda envenenadíssima, trinta e quatro mil euros, porque, de quase cinquenta mil, à taxa de setenta por cento que tinha que ser declarada, apesar da nossa isenção e por estarmos isentos temos que declarar, e que não foi declarado, são trinta e quatro mil euros. Eu percebi que a Sra. Auditora disse que sim, a Sra. Dra. disse que sim com a cabeça quando se falou em trinta e quatro mil euros. Portanto, lá está, aquela conversa de poder fazer alguma coisa, tão satisfeita que eu estava com aqueles cinco mil euros que ali estavam no cantinho, que já permitia arranjar o autocarro e fazer mais qualquer coisa com os seniores, e com as crianças e com as pessoas, não podemos fazer, sabe porquê? Porque quando isto for para as entidades competentes, sendo que uma delas é a Entidade Tributária e Aduaneira e os responsáveis é a Junta, depois claro, a seu tempo, a Junta pode ir buscar a quem de direito, a quem causou; mas, em última análise, a dada altura deste mandato, eu posso ter trinta e quatro mil euros, vamos ter uma responsabilidade de trinta e quatro mil euros. Sabe o que é que são trinta e quatro mil euros em quatrocentos mil? Quando já mais de metade já está para responsabilidades? Isto a mim preocupa-me muito, isto a mim, se calhar não devia, porque eu tenho uma profissão, mas preocupa-me porque eu tenho cinco pessoas, que todos os dias trabalham e dão tudo por esta Casa, e que podem chegar ao fim do mês e não ter ordenado, isto a mim deixa-me doente, preocupa-me. Portanto, hoje, a minha prenda, é uma possibilidade de trinta e quatro mil euros, excelente não é? No mês em que consigo pôr termo a tudo, falta os sete mil, mas enquanto a Câmara não os pedir, eu também não vou dizer que lhos quero dar; também se arranjam, lá está, temos cinco mil, portanto lá está, não falta tudo. Então, e agora, os trinta e quatro mil? Como é que vamos fazer? Vamos ter que fazer. Quanto à parte jurídica, é engraçado que tenham dito que tinham um jurista porque depois eu fui à procura, e vocês também foram interpelados pela Ordem e também vos foi dito que vocês não podiam ter. Esta foi a segunda denúncia que a Junta, sim, neste mandato, não sei quando é que foi, mas sei que houve uma interpelação, eu depois fui à procura, há papéis, não há é aqueles que são precisos. Portanto, e atenção a essas acusações, porque está tudo informaticamente. Portanto, vamos com muita calma. Portanto, é assim: atenção, é dinheiro público, não é dinheiro nosso nem das pessoas, é dinheiro que tem de ser usado em função das pessoas. Desculpem lá se eu não faço uma festa de trinta mil euros, faço uma de dois mil e quinhentos, mas a seguir posso levar os seniores a passear, posso ter uma assistente social que dá apoio aos carenciados. Se é preferível? A nosso ver é, porque, em termos de prioridades, é



Assembleia de Freguesia de Barcarena

melhor termos a assistência que é necessária do que uma festa; uma festa é um fim-de-semana, o apoio a assistência, é contínuo, é diário. Muito obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa a palavra ao Sr. Deputado Tiago Gonçalves (PS): “Tiago Gonçalves, Partido Socialista. Isto já está quase tudo dito, é bom que fique claro esta frase ‘são dinheiros públicos’, é o nosso dinheiro, estamos a falar do nosso dinheiro. O Sr. Fernando Afonso várias vezes disse, eu não vou voltar a acusar nada, fazer acusações gravíssimas, depois de tudo o que temos aqui, eu realmente fiz uma acusação gravíssima, mas não vou voltar a acusar; várias vezes disse que ‘não tirámos nada em proveito, em nosso proveito, não tirámos nada dos dinheiros da Junta em nosso proveito’. Eu acredito, acredito que não tenha acontecido e não vou acusar de que aconteceu; o que eu gostava de saber, é que me explicasse como é que classifica que uma adjudicação seja feita ao Tesoureiro da Junta; é tão simples quanto isso. É um serviço de *catering*? Recorreram a outras empresas na Freguesia ou no Concelho para saber valores? Independentemente disso, não pode, não pode, é Tesoureiro da Junta de Freguesia, é ele que assina o cheque que vai receber, mas isto cabe na cabeça de alguém? E também posso perguntar, na mesma linha de ‘nunca tirámos proveito’, quer dizer, onde é que andam catorze telemóveis? Acredito que possam ter sido trocados pelo caminho, que já estavam velhos, não sei, catorze telemóveis. E, pronto, em relação aos almoços, não faço mais acusações. Também já explicou que, e bem, que pronto fazia almoços pontuais, que era tudo às expensas do Sr. Fernando Afonso, dos outros elementos, portanto nunca saiu nada. Almoços para o Presidente da Câmara, para o Vice-Presidente, para o dono da SOGAPOL, a quem deviam alguns pequenos favores. Pronto, está explicado. Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Fernando Afonso (IOMAF): “ Ainda voltando ao dinheiro do parque infantil. Não fomos nós que pedimos o dinheiro para adiantamento, a Câmara é que disse ‘vamos depositar o dinheiro para vocês, quando tiverem a obra feita, pagarem’. Ora, nós não podíamos efectuar o pagamento sem as conformidades, foi isso que nos foi dito no Gabinete de Apoio às Juntas: ‘não podem efectuar porque nós ainda não temos a certeza de que os aparelhos estão em conformidade’. Foi só isto. Também já sentiu dificuldade em pagar salários, pois, olhe, nós várias vezes sentimos essa dificuldade. Disse uma vez, disse que estava a sentir dificuldade. E, o dinheiro público, nós também procurámos geri-lo da melhor forma, se o não conseguimos, é porque melhor não sabíamos, e ficamos contentes que a Sra. Presidente faça a sua gestão melhor que nós, ainda bem. Sobre a factura da Casa Pompeia, já foi discutido na Assembleia, foi no início do nosso mandato e a situação, creio que ficou sanada. Pronto, nunca mais se voltou a repetir situação do género. Os telemóveis, não era catorze telemóveis, era catorze números de telemóvel e tão caro ficava catorze, como ficavam dez, como ficavam doze. Eu posso explicar, nomeadamente, que três deles estavam com a PSP, nomeadamente o comandante da esquadra de Queijas, o comandante de esquadra de Porto Salvo e a Escola Segura, ou um ou dois da Escola Segura. Portanto, pelo menos esses, lembra-me desses números que estavam atribuídos assim. E o



Assembleia de Freguesia de Barcarena

cemitério, as obras e, pronto, creio que não andaremos longe dos catorze números que devem estar lá devidamente relacionados. Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Deputado Tiago Gonçalves (PS): “Tiago Gonçalves. Partido Socialista. É verdade, o Sr. Fernando Afonso tem razão; no início do mandato apareceu a factura da Casa Pompeia e foi falado e parece-me ser factura única, não se voltou a fazer. Mas o ponto é mesmo esse, na altura foi feito, foi logo no início do mandato, porque era prática nesta Freguesia que isso acontecesse e é por isso que nós reforçamos e vamos reforçar até ao fim que isto tem que ir até ao mandato 2009-2013 e tem que ir uma nota para as autoridades competentes a dizer que essas contas têm que ser analisadas porque realmente, muitas das coisas que aconteceram aqui, são práticas que passaram de um mandato anterior para este, sem a mínima dúvida, porque acredito, muito sinceramente, acredito que, não digo no final de 2015 ou 2016, mas acredito que em 2013, muitas acções que a Junta de Freguesia, que o executivo tomou, foram nitidamente por influência de pessoas que aparentemente tinham mais experiência. Neste caso, a experiência não era a melhor, quer dizer era muita experiência mas a fazer coisas por fora, a verdade é que isso depois continuou, portanto, volto a reiterar 2009-2013, mandato tem que ser auditado. Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra à Sra. Presidente da Junta de Freguesia: “Muito obrigada. Só para finalizar a questão do parque infantil, eu tenho a documentação comigo, porque pedi ao GAF, Gabinete de Apoio às Juntas; se os Srs. Deputados assim o entenderem, eu farei chegar, para que possam tirar as vossas elações. Portanto, para perceberem que aquilo que está, o que eu estou a dizer, lá está, eu sou uma pessoa que só falo quando tenho provas, eu tenho que ter provas, não é o diz que disse, é eu tenho documentação que substancia tudo aquilo que eu estou a dizer, porque o diz que disse, oi aí todos somos heróis, o problema é depois provar aquilo que dizemos, isso é que é uma dor. Mas eu, para estar a afirmar aqui isto, é porque tenho a documentação na minha mão que comprova tudo aquilo que estou a dizer. Portanto, Srs. Deputados, se assim o entenderem, se assim o solicitarem, à final venham ter comigo, que eu faço chegar a quem o queira e depois o público em geral depois também saberá, como devem entender não posso disponibilizar, mas, se quiserem, também podem ir à Junta consultar, é livre, é vosso, portanto é fácil. Quanto aos telemóveis, como é evidente, cada telemóvel, os pacotes são definidos. Quantos mais telemóveis tiverem, mais custos existe, porque... Não vale a pena discutir isto. Quando eu digo telemóveis é números e, quanto aos telemóveis, vamos discutir os telemóveis que estão no vosso inventário, onde é que eles estão? E não me digam que mos entregaram porque eu vou buscar aquilo que vocês entregaram, porque até um telemóvel que não era comercializado pela NOS, nós recebemos. E eu provo-o, eu tenho-os na Junta, se for preciso o funcionário vai buscar. Para perceber os cacarecos velhos, porque foram cacarecos velhos que foram entregues, com excepção, e em bom rigor, a verdade é para ser dita, com excepção da Vogal Bárbara, que entregou um telemóvel como deve ser e do Sr. António Caro, que entregou um I Pad e eu ainda ando à procura do outro, porque a NOS recusa-se a dar, vá se lá entender porquê. São os dois mil e tal aqui que estão à Dona Ana Rita Valadas, que é a nossa gestora da



Assembleia de Freguesia de Barcarena

NOS não é? Não me obriguem a ser má. Naquelas facturas tão existente, logo o primeiro nome, aqueles dois mil e tal euros foram para quê? Para telemóveis ou para o I Pad. E onde é que ele está? E que engraçado que ela não os dá à listagem, porque nós solicitámos, porque, lá está, eu ando com um I Pad, agora não, já tenho lá um novo e não sei mexer naquilo, mas fui eu que o comprei, eu, eu que paguei. Portanto, é assim, mais, para além dos números, para além dos cartões, ainda pagávamos Valores Acrescentados, chamadas de Valor Acrescentado. Mais: em Julho, porque eu fui ver, quatrocentos e tal euros pagou-se a alguém, acrescentado, quatrocentos euros. Eu posso ir buscar a factura, o senhor assinou, está lá a sua assinatura para o pagamento. 'Ah depois nós fizemos e tal.' Em Setembro, quando eu entrei, eu quis pedir Valor Acrescentado à pessoa que tinha, porque eu não percebo porque é que o Sr. José Ventura tem um telemóvel pago pela Junta. Não consigo perceber; agora não tem. O Sr. José Ventura que é um dos membros do GRT, do Grupo Recreativo de Tercena tinha um telemóvel pago pela Junta, porquê? E se trabalhava no mercado porque é que precisava do telemóvel? Bom, trabalhava no mercado? Mas tinha contrato de trabalho? Tinha avença? O que é que ele tinha com a Junta? Expliquem-me: o que é que ele tinha com a Junta que validasse um telemóvel? Ah...porque era muito mais rápido. Trabalhava, tinha avença." A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia: "Sra. Presidente tente não entrar em diálogo se faz favor" Sra. Presidente da Junta de Freguesia: "Com certeza. Não, mas lá está, as pessoas quando falam das coisas, não podem falar de cor, têm de ter cuidado com aquilo que dizem. Quem está ali faz juízos de valor e tem o direito de saber a verdade. Lamentavelmente. Portanto, sabem a verdade. E eram só catorze números? Bom, vamos falar dos pacotes de televisão e dos números associados aos pacotes de televisão. Ah pois não...nós até tínhamos os pacotes antes de ter televisão. Caricato. Roça o ridículo, não roça? E eu ainda os tenho, porque até Fevereiro de 2019, vocês refidelizaram-nos em Julho de 2017, a Junta não se viu livre daqui; eu ainda tentei, ainda consegui baixar valores. E não estamos a pagar aquilo que vocês pagavam, que era quase oitocentos, estamos a pagar seiscentos e pouco. Lá está, está lá tudo disponível, está aqui no relatório, existe tudo. Portanto, calma. Dizer que era indiferente e que não eram telemóveis não, é que cada cartão que é dado está associado um valor; se eu pedir seis cartões pago um preço, se eu pedir quinze pago outro ou catorze, com é evidente. A Junta até chamada de Valor Acrescentado pagou. Olhe, eu posso-lhe dizer que, em Outubro, assim que entrei, quando veio a de Novembro, eu abordei a pessoa em causa e disse-lhe 'Olhe deve-nos cinquenta euros'. Tenho que pagar cinquenta euros, fez chamadas de Valor Acrescentado, portanto vai ter que os pagar. No mês anterior, foi bastante mais, só que aí eu não tinha legitimidade para pedir, porque vocês não pediram. Ah não viam as facturas, olhe eu vejo e também andava ali um canguru que salta muito; umas vezes aparecia, outras vezes desaparecia, outras vezes aparecia; eu já acabei com o canguru, já não salta. Portanto, é isto e acredite, eu não quero sequer comentar isto, porque há aqui uma pergunta que é crucial e que a mim me faz muita confusão, porque com muito conhecimento de causa, eu vi e tenho lá detalhado e nas festas eu acho muito estranho e pronto e agora desculpem-me, vai ter que ser; levem-me lá a bem, levem-me lá a mal, digam lá que eu não estou a fazer o meu papel, tem que ser. Então em 2016, nas festas da Freguesia, quem fechou as festas da Freguesia, foi



Assembleia de Freguesia de Barcarena

os Custom Café e não digam que não, porque eu estive lá, ou melhor, eu ia todos os anos portanto eu estive lá, foram sempre eles. Engraçado, eles não receberam nada nesse ano. Foi gratuito? Foi uma doação? Onde é que está? É porque uma empresa, uma sociedade que faz uma doação, importa que o valor dos bilhetes, que nós passemos um recibo, exactamente para depois de terem os benefícios fiscais. Os tributos foram pagos, estão facturados, não há dúvidas. O espectáculo dos Custom Café é uma curiosidade minha e por acaso achei piada, pronto, lá está, não têm forma de saber. Não foram pagos, engraçado, curioso, porque não há doações, não há nada. No ano de 2017 das festas da Freguesia, os Custom Café tiveram um papel preponderante na festa; trataram do som e de não sei quê, uma série de coisas. Fecharam a festa em grande estilo com um espectáculo excepcional. Eu sou apreciadora, costumo ver os espectáculos deles, porque gosto; mas não está nada, não receberam nada, quando, no ano anterior, receberam quase seis mil euros. Foi *pro bono*? Onde é que está a doação? Onde é que está a documentação? Porque eles têm benefícios, muitos benefícios; é uma curiosidade minha, não têm que responder, não é necessário porque é uma curiosidade minha e não interessa. É só um à parte. Muito obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Deputado Fernando Afonso (IOMAF): “ Quanto às chamadas de Valor Acrescentado eu acho muito bem que quem as faz, as deve pagar, eu, por acaso, nunca vi e nunca analisei ao pormenor essas facturas; a quem competia fazer essa análise era ao tesoureiro, eu, por acaso nunca fiz, mas acho muito bem; se alguém as fez e era perfeitamente identificável a pessoa que as fazia; está lá, portanto era perfeitamente identificável e fá-lo-ia pagar, isso também não tenho dúvidas. Também já foi respondido que o Sr. Ventura tem um telemóvel, quando foi atribuído um número de telemóvel quando fazia a parte de encarregado do mercado; era ele que abria e fechava o mercado e portanto era natural, por uma questão até de segurança, uma questão de segurança. Sim, quando o mercado ainda funcionava. Uma questão de segurança, ele tivesse um telemóvel. Diz que não tínhamos televisão, tivemos antes o contrato que a televisão; tínhamos televisões. Não era a mesma que depois adquirimos, mas havia outras televisões velhas que não eram da Câmara, não eram da Junta, eram particulares e que estavam, tínhamos dois televisores, um em cima e outro em baixo, portanto havia os televisores, eram é velhos e não estavam à carga da Junta sequer, eram televisões de particulares. Quanto ao Custom Café, efectivamente, eles, em 2017, não fizeram espectáculo, em 2017, apenas fizeram o encerramento no fogo-de-artifício. Não foi propriamente espectáculo, eles tinham feito espectáculo em 2015 e 2016 e até nós discutimos aqui que, efectivamente, eles não nos passaram a factura logo em 2016 por esquecimento deles, esquecimento nosso e passaram depois em 2017 relativo a outros conjuntos que eles contrataram para nós no valor de cinco mil e novecentos, no valor total de cinco mil novecentos e cinquenta euros, se não me engano, portanto isso está perfeitamente definido.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra à Sra. Presidente da Junta de Freguesia: “Bom, quando é que encerrou... Pergunta: quando é que encerrou o mercado? [Agosto] de 2016, então porque é que o Sr. Ventura; fui eu que lhe retirei o cartão em



Assembleia de Freguesia de Barcarena

Novembro de 2017? Se ele só tinha telemóvel porque era encarregado? Então, se não havia... Pronto, é só uma pergunta, eu deixo aqui a pergunta. Mais: em 2016 pagaram a 2017 então e em 2015? A dois mil setecentos e tal euros, 2015 não está facturada. Dos Custom Café, está um papel assinado. Não é questionar, pronto eu faço a afirmação. Tendo sido feito, esta passou, esta passou, foi detectada aqui. O que é que aconteceu em 2017? Fizeram o encerramento, não cobraram nada, pelo menos os dois mil e setecentos, os mil e qualquer coisa, o que fosse. Não cobraram? Não cobraram, porque não existe, mas seja aquilo que eles fizeram e eu, pelo menos, vejo aqui muitas caras que estiveram presentes lá, que os viram a actuar e que duvidas não há que eles actuaram. Mas não cobraram ou então um dia destes, daqui a algum tempo, lá vamos nós minuciar e vamos encontrar outro papel qualquer. Muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Auditor: “ Muito obrigada Sra. Presidente da Mesa de Assembleia pela palavra. Não, nós não temos nada a acrescentar, pensamos que a sessão foi bastante interactiva e que todos os pontos foram abordados com o detalhe e com o contraditório que eles assim próprios exigiram. Assim, nós restamos agradecer à Presidente da Mesa de Assembleia, à Presidente da Junta de Freguesia, a todos os fregueses agradecemos e à minha colega e à mesa, portanto muito obrigado a todos e boa noite e um bem-haja.”.

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Deputado Fernando Afonso (IOMAF): “ Exactamente antes do Ponto I, eu queria dizer que estamos aqui e assistimos aqui a um julgamento público de pessoas, pessoas estas que, em alguns dos casos, dedicaram e dedicam parte das suas vidas ao serviço da comunidade. Se não, vejamos o exemplo do Sr. Guerreiro Soares, que, há mais de quarenta anos, serviu a comunidade como Presidente de Junta, como Vereador municipal, como Deputado municipal, como membro da Assembleia de Freguesia e Secretário e Vogal da Junta, em vários mandatos. Fez e faz parte dos órgãos sociais de várias colectividades da Freguesia. Foi Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Progresso Barcarenense, cuja construção deste edifício onde nos encontramos a ele se deve, e a outros, como é natural, não é só a ele, mas a outros, tem de ser feita justiça a outros também. Assim penso que acham que alguém tem o direito de duvidar da sua integridade, pondo em causa todos os anos de trabalho e dedicação à causa pública? Não queria falar de mim, mas ultrapassando a modéstia que sempre me caracterizou, sabem que servi cerca de quarenta anos nas Forças Armadas; na Guerra Colonial como oficial em Angola, oficial de comando; na Guarda Fiscal como comandante de Secção e Companhia e formador; na GNR como director de toda a formação; chefe das Relações Internacionais; chefe das Informações; sub-chefe do Estado Maior e Secretário-Geral; e, para além disso, cumpri uma missão ao serviço das Nações Unidas em Angola durante um ano e meio e uma missão durante um ano e meio também na Guiné-Bissau onde desempenhei a função de vice-chefe e chefe da missão até àquela data tinha sido o incrio que ainda hoje é, tinha sido o único português a chefiar uma missão daquela natureza. Acrescento que todos os desempenhos fui louvado, tendo sido agraciado com cerca de uma dúzia de condecorações, quatro das quais.” Sra.



Assembleia de Freguesia de Barcarena

Presidente da Mesa de Assembleia: “Vai-me desculpar, está a fugir completamente ao assunto da Assembleia a fazer esse auto-elogio, quer a si, quer ao Sr. Guerreiro Soares, porque na verdade isto é uma Assembleia Extraordinária para discutir rigorosamente os pontos que aqui estão. Parece-me, e peço muita desculpa se outro entendimento tiver, mas no caso sou eu que presido aqui, parece-me que está a usar um tempo para fugir completamente ao tema portanto agradeço-lhe que termine.” Sr. Deputado Fernando Afonso (IOMAF): “ Vou terminar Sra. Presidente. Aceitei o desafio de me candidatar à Junta de Freguesia porque entendi que seria capaz de corresponder ao que de mim se esperava, abraçando o cargo com a mesma vontade e humildade e o mesmo espírito de missão que sempre fiz ao longo da minha carreira. Entendi que a política era um serviço público de entrega ao serviço dos outros; abdiquei da minha família, da vida pessoal e familiar; todos os dias úteis, como sabem, chegava à Junta de Freguesia às oito e meia...”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia retira palavra ao Sr. Deputado Fernando Afonso.

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Deputado Tiago Gonçalves (PS): “O Partido Socialista gostaria de, para encerrar este ponto, fazer uma declaração política, para que fique em Acta: ‘A 29 de Junho de 2017 o Partido Socialista apresentou nesta Assembleia de Freguesia uma proposta de libertação para que fosse realizada uma Auditoria documental financeira à Junta de Freguesia relativa ao mandato 2013 – 2017. Esta proposta foi a possível, uma vez que no decorrer dessa mesma Assembleia, a bancada do PSD opôs-se à proposta inicial do PS, que incluía na Auditoria o mandato 2009 – 2013, justificada pelo facto do executivo ser maioritariamente o mesmo, o que reforçava que a suspeita de ilegalidades e irregularidades seriam prática enraizada na gestão da Junta de Freguesia. A proposta de libertação aprovada com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e com os votos contra do movimento independente IOMAF foi executada na actual legislatura. O resultado da Auditoria é claro e inequívoco. As suspeitas do Partido Socialista tinham fundamento, o relatório, agora conhecido, refere uma série de práticas ilegais e outras graves irregularidades que se resumem de forma genérica: falhas graves no sistema de controle interno, não foram delegadas competências da Junta de Freguesia no seu Presidente para a realização de despesa. Não obstante, o Presidente autorizou a realização e o pagamento de despesa em todo o mandato. Estes actos praticados pelo Presidente da Junta sem competência delegada poderão ser passíveis de eventual responsabilidade financeira e sancionatória. A despesa não foi cabimentada previamente, permitindo a ocorrência de realização de despesas sem a efectiva disponibilidade de fundos financeiros, tendo mesmo sido identificados cabimentos e compromissos gerados na mesma data e pelo mesmo valor. Apurou-se o pagamento de despesas a fornecedores, sem documentos de suporte válido, sem obrigatória comunicação aos poderes públicos e com situação societária e cadastral irregular no montante de quarenta e oito mil e quinhentos euros. Acresce, em desistência de requisições internas, para generalidade das despesas e de evidência de autorização da despesa antes de esta ser realizada.’ Não vou ler na íntegra, vou passar para as considerações, irei entregar isto na mesa. ‘ Estas são algumas evidências apresentadas no relatório de Auditoria, mas há outras; todas



Assembleia de Freguesia de Barcarena

envergonham a democracia, todas envergonham o poder político, todas representam o que há de pior na actuação dos elementos que compuseram o executivo. Falta de valores democráticos e falta de respeito pelos cidadãos, mas há também, neste relatório, uma tentativa de condicionar esta Assembleia, quando neste se lê que o seu fim só serve para este feito. Esta afirmação é um logro, aos Auditores compete reconhecer e evidenciar os erros e as ilegalidades detectadas, dando conta delas aos órgãos fiscalizadores. Aos políticos compete denunciar as práticas que indicam ilegalidades e que podem constituir crimes previstos no Código Penal. Repudiamos e denunciaremos a forma danosa como foi gerido o Erário Público por parte do executivo da Junta de Freguesia de Barcarena no mandato 13 – 17, envergonhando todos aqueles que defenderam e defendem o poder local democrático, e reiteramos, como havíamos defendido aquando da apresentação da proposta de Auditoria documental e financeira, em Junho de 2017, que a Auditoria devia ter ido mais além, abrangendo também o mandato anterior, como aliás subentende dos factos apurados na Auditoria realizada. A responsabilidade política e a responsabilidade democrática que nos norteia, obriga-nos a participar às entidades competentes, o conhecimento destas irregularidades e ilegalidades. É isso que faremos. Barcarena, 25 de Outubro de 2019, pela bancada do PS, Tiago Gonçalves, Cidália Jorge e Isabel Vieira da Luz. Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Deputado Fernando Afonso: “Também uma declaração política para dizer que todos nós, e não digo só os dois que estamos aqui representados, mas todos os membros do executivo, que exercemos o cargo político e não sendo nenhum de nós técnico em Administração Pública, seria de esperar que os serviços administrativos da Junta e o toque e a empresa posteriormente contratados para nos auxiliarem, seria de esperar que nos auxiliassem e orientassem de forma a que não se cometessem os erros que aqui nos apontam, o que não aconteceu. E notem que não estou a acusar ninguém, estou certo que se fizessem Auditorias a todas as Freguesias do país, mais de oitenta por cento, de certeza incorreram ou incorrem nas mesmas faltas. Apelo, portanto, à compreensão de todos, mas sobretudo ao vosso sentido de justiça na certeza de que estão a julgar pessoas que serviram e o melhor que sabiam os seus concidadãos e que nunca por nunca tiraram vantagem económica ou se serviram do cargo para qualquer benefício pessoal. Só falha quem faz, quem faz alguma obra e nós fizemo-la, está demonstrado. Muito obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra à Sra. Presidente da Junta de Freguesia: “Muito breve. A única coisa que eu vou dizer é isto: eu quando entrei naquela junta, ou melhor, eu peço desculpa, quando eu digo eu entendam o meu eu como um todo, porque aqui nós somos um todo, por isso, quando entrámos na Junta, aquelas pessoas que lá estiveram e que lá estão, deram o litro por nós. Entravam à hora que eu entrava e, muitas vezes, saíam à hora que eu saía, a título zero, para me ajudarem, para nos ajudarem. Acho surreal, mas nós temos de saber pedir ajuda, temos que ter a humildade de saber ouvir, temos que saber humildes e dizer ‘não sabemos’, porque quer os funcionários administrativos, quer as pessoas que andam na rua, sempre estiveram comigo, sabe porquê? Porque eu estou com eles, porque se é preciso alguma coisa, se é preciso ajudar a pôr um saco em cima de uma



Assembleia de Freguesia de Barcarena

carrinha, eu estou lá e ajudo e por isso eles correspondem, e sabe a título de quê? Zero. Sem almoços, sem jantares. Eu peço desculpa, puseram em causa aqui a idoneidade dos funcionários desta Junta, puseram e é uma vergonha, é uma vergonha. Quando as pessoas têm humildade para pedir ajuda, são ajudadas. Quando têm a soberba de acharem que sabem tudo, cometem erros. Não metam em causa, eu aqui uma vez já disse nesta Assembleia, nunca metam em causa os funcionários desta Casa; nunca metam e causa aqueles que, neste momento, num ano que aqui estão, fizeram tanto por esta Casa e que ajudaram tanto este executivo; só não ajudam mais ' Ah porque não estão cá para pensar, estão cá para trabalhar e para fazer aquilo que lhes mandam.' Quando se diz isto a alguém, é normal que não recebam ajuda, agora não metam em causa aqueles que fazem, sabem porquê? Nós somos passageiros, eles ficam, são eles que sabem; a nossa porta tem que estar sempre aberta para eles, as reuniões têm que ser sempre participadas por eles porque são eles que sabem tudo, não somos nós; nós somos todos passageiros, eles não, eles estão lá há vinte e há trinta anos, respeitem-nos, e não me estejam a pôr as culpas em pessoas que tanto fizeram por esta terra, por esta Freguesia.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra à Sra. Deputada Rita Medinas (CDU): “Bom, Rita Medinas CDU. Já não tinha intenções de usar da palavra, mas vou ter que usar e concordar com a Presidente da Junta. Quando se põe em causa trabalhadores que dão tudo por tudo pela causa e que tão mal são tratados a nível seja de dinheiros, de empregos, da sua vida familiar, que dão tudo o que têm e o que não têm. Eu que tenho conhecimento dos trabalhadores da Junta, aliás, eu estou sempre do lado dos trabalhadores, seja eles quais forem, nós CDU. Mas eu conheço a amabilidade, que mesmo que eles estejam sobrecarregados de trabalho, têm sempre disponibilidade para atender as pessoas que vão; às vezes, até para ouvir os desabafos das pessoas que lá vão e que eles não têm nada a ver com isso. Portanto, neste momento, não vai acontecer muitas vezes, mas neste momento, estou completamente de acordo, e até pode acontecer, não sabemos. Nós estamos para defender Barcarena, enquanto todos estivermos do mesmo lado, trabalharemos todos juntos. A CDU não vota contra e nem é contra por estar, é para ver e acentuar, as coisas que não estão bem, que precisam de ser feitas, sempre em defesa da população e dos trabalhadores. Portanto, neste momento, eu estou de acordo, subscrevo inteiramente o que a Presidente da Junta disse e reafirmo. Muito obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia encerra o Ponto Um e dá início ao Ponto Dois – Envio do relatório da Auditoria de Contas referente ao mandato auditado 2013-2017 às entidades competentes.

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Deputado Tiago Gonçalves (PS): “Tiago Gonçalves, Partido Socialista. Gostaria que fosse inserido como um ponto no texto que for enviado que também tenham em consideração o mandato de 2009-2013. Obrigado.”

Sra. Presidente da Mesa de Assembleia: “ Tendo em conta aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer, o Sr. Deputado do PS, Sr. Tiago Gonçalves, vou colocar à vossa consideração, não só o



Assembleia de Freguesia de Barcarena

Ponto Dois, mas porque está dentro do espírito desta reunião Extraordinária, uma Auditoria às contas do executivo de 2009-2017. Será participado conforme pedido às entidades competentes. No entanto, e se calhar pondo um bocadinho para além do papel de Presidente da Mesa, também o meu papel como advogada, eu dizer que seja lá qual for o resultado desta votação, não há aqui voto vencido, porque, na verdade, o envio deste relatório, é obrigatório, só que, na verdade, tendo em conta que a Auditoria foi solicitada em Assembleia, lógico nos parece que também seja assim a Assembleia a confirmar, a reafirmar ou não o envio, sendo certo seja qual for a decisão desta Assembleia, será sempre anexa ao envio que é obrigatório, por decorre da Lei, às entidades competentes. Assim sendo, vamos então proceder à votação do envio ente relatório às entidades competentes.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia procede à votação, interrogando quem vota contra, quem se abstém e quem vota a favor. O resultado foi:

- 0 votos contra;
- Abstenção por parte do Movimento Independente IOMAF;
- Votos a favor por parte de INOV, CDU, Oeiras Feliz e PS.

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia questiona se algum dos fregueses pretende realizar alguma intervenção. Não houve intervenções por parte dos fregueses, pelo que a Sra. Presidente da Mesa de Assembleia questiona se alguma das forças políticas presentes deseja ainda fazer mais alguma intervenção.

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Deputado Tiago Gonçalves (PS): “Tiago Gonçalves, Partido Socialista. Esta Auditoria foi pedido pela transparência, pelo bem da Freguesia, pelo interesse comum e lamento o facto de os deputados do IOMAF não terem acompanhado a maioria dos deputados desta Assembleia de Freguesia. Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia passa palavra ao Sr. Deputado Francisco Fernandes (Coligação Oeiras Feliz): “Muito obrigado. Eu só queria deixar que tudo o que se falou, as perguntas eram basicamente iguais, toda a gente falou do mesmo, e não podíamos deixar por escrito todas as nossas dúvidas e as razões do voto a favor da Auditoria. Gostava de deixar este elemento e o nosso voto a favor da continuação da Auditoria para o Ministério. Muito obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa de Assembleia dá por encerrada a Assembleia às vinte e três horas e nove minutos.

Para constar se lavrou a presente Acta que vai assinada pela Presidente e Secretárias da Mesa.

----- A Presidente -----



Assembleia de Freguesia de Barcarena

----- A Primeira Secretária-----

----- A Segunda Secretária -----